



**ESTUDO DE CARATERIZAÇÃO DO POTENCIAL  
ENDÓGENO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS DA REGIÃO  
NUTIII TÂMEGA E SOUSA**

**PARTE II – DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO**

Porto, novembro 2016



## ÍNDICE GERAL

<b>PARTE II – DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DOS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DAS FLORESTAS .....</b>	<b>5</b>
1.1 Análise SWOT - Desenvolvimento do potencial endógeno das florestas na região do Tâmega e Sousa .....	5
1.2 Desafios para a produção florestal na região do Tâmega e Sousa .....	10
<b>2. PRINCIPAIS NECESSIDADES, DESAFIOS E PRIORIDADES.....</b>	<b>13</b>
2.1 Auscultação das Partes Interessadas – Identificação das principais necessidades .....	13
<b>3. DIAGNÓSTICO E DEFINIÇÃO DA VISÃO E PRIORIDADES DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
3.1 Definição da Visão e prioridades de Ação.....	16
<b>4. PROPOSTAS DE ATUAÇÃO - LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS. ....</b>	<b>19</b>
4.1 Identificação das Linhas de Ação – Base, Transversais e Piloto.....	19
4.2 Objetivos, Pertinência e Fontes de financiamento.....	21
<b>5. ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES .....</b>	<b>38</b>
5.1 Estrutura de suporte ao desenvolvimento do setor florestal na região.....	38
5.2 Informação de base e monitorização de evolução .....	39
5.3 Formação, Informação e Sensibilização nas matérias florestais .....	39
5.4 Criação de contextos potenciadores de competitividade do setor florestal na região.....	40
5.5 Gestão e defesa dos recursos florestais – promoção do investimento e da rentabilidade dos espaços .....	42
5.6 Serviços de ecossistema dos espaços florestais e o seu uso pela sociedade .....	43
5.7 Áreas piloto para a implementação de Ações .....	44
<b>6. ASPETOS RELEVANTES PARA O ESPAÇO, ATIVIDADE E AGENTES DO SETOR FLORESTAL... </b>	<b>49</b>
6.1 Reforma da Floresta.....	49
6.2 Programa Regional de Ordenamento Florestal – PROF.....	55

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Envio de questionários e resposta das Partes Interessadas na NUTIII Tâmega e Sousa (2016)..... 13

## PARTE II – DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

Neste documento pretende-se evidenciar os resultados produzidos no âmbito do Relatório de Caracterização do Setor Florestal (Parte I. Numa primeira abordagem, através de uma **análise SWOT** e da sua articulação com os **contributos das partes interessadas da região** serão **elencados os desafios** que conduzam à definição de **propostas para o desenvolvimento** do potencial endógeno das florestas na região do Tâmega e Sousa, no horizonte temporal 2014-2020.

### 1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA E DOS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DAS FLORESTAS

Neste ponto foi elaborado um diagnóstico com base na caracterização realizada, através da identificação das forças e fraquezas, das oportunidades e das ameaças ao desenvolvimento do potencial endógeno das florestas na região.

#### 1.1 Análise SWOT - Desenvolvimento do potencial endógeno das florestas na região do Tâmega e Sousa

Para a realização desta análise foram divididos os aspetos e fatores tendo em conta a sua natureza: Internos (Pontos Fortes e Pontos Fracos) - principais aspetos do setor florestal na região - e Externos (Oportunidades e Ameaças) – principais fatores externos que contribuem para o Sucesso/Insucesso do desenvolvimento do potencial endógeno da floresta da região.

Para cada uma das vertentes da análise os aspetos/fatores foram agrupados em cinco âmbitos que orientarão o desenvolvimento do estudo nesta fase, tendo sido enquadrados naquele em que o seu peso foi considerado mais significativo:

- Competitividade
- Gestão Florestal
- Biodiversidade e valores naturais
- Valores sociais
- Qualificação e capacitação dos agentes

#### PONTOS FORTES

<b>Competitividade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Elevada presença desde espaços florestais – 110.000 ha (representam cerca de 60% da área total da região):<ul style="list-style-type: none"><li>○ Povoamentos Florestais 63.500 hectares – representam cerca de 35% Território:<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Espécies Principais:<ul style="list-style-type: none"><li>• Pinheiro bravo 22.900 ha (2005)</li></ul></li></ul></li></ul></li></ul>
------------------------	--

<b>PONTOS FORTES</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eucalipto 21.600 ha (2005)</li> <li>– Vasta diversidade e qualidade de recursos endógenos que constituem polos com potencial de valorização diferenciada</li> <li>– Boas condições edafo-climáticas que permitem uma elevada diversidade de produtos.</li> <li>– Presença de condições (nomeadamente ao nível da ocupação florestal) que permitem desenvolver iniciativas de produção de biomassa florestal com vista ao aproveitamento térmico.</li> <li>– Organização de proprietários em escala – OPF, Agrupamentos, ZIF, Baldios.</li> <li>– As atividades empresariais e industriais ligadas aos produtos florestais são muito expressivas, especialmente na transformação de produtos lenhosos, que acompanha o potencial existente no território.</li> <li>– Região com condições adequadas de atração turística assente no turismo de natureza, particularmente dependentes das condições da floresta à escala da paisagem.</li> </ul>
<b>Gestão Florestal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Capacidade técnica elevada no apoio à gestão e defesa da floresta (proprietários individuais, comunitários, ZIF, Sapadores Florestais), tendo por base um tecido organizativo com mais de 20 anos.</li> <li>– Organização e Planeamento da gestão significativo na região, evidenciado através de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 8 ZIF constituídas numa área total de 28.383 ha que representa 26% Espaços Florestais do território.</li> </ul> </li> <li>– Distribuição equilibrada das ZIF na região.</li> <li>– Os Baldios com mais de 100ha concentram-se nas Serras do Marão e de Montemuro.</li> <li>– Tendência de diminuição das áreas ardidas e do número de ocorrências em espaços florestais da região desde 2009 (à exceção dos anos 2013 e 2015).</li> <li>– Tendência de diminuição dos grandes incêndios florestais (contrariando a região norte) nos últimos anos (à exceção do ano 2013).</li> <li>– Funcionamento permanente de 10 equipas de Sapadores Florestais no âmbito da prevenção contra agentes bióticos e abióticos nocivos (silvicultura preventiva, vigilância, 1ª intervenção, rescaldo, vigilância após incêndio), constituindo uma rede bastante sólida.</li> <li>– 11 Gabinetes Técnicos Florestais municipais que atuam em conjunto com os organismos com competências em matéria de incêndios florestais e de sensibilização dos munícipes de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios Florestais).</li> <li>– Número de empresas de prestação de serviços ligados à silvicultura e caça na região (140) (Tâmega Sousa: 1 empresa/785 hectares de EF; Norte: 1 empresa/1.662 hectares de EF).</li> </ul>
<b>Biodiversidade e valores naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Áreas classificadas com uma representação significativa (mais de 30.000 ha) cerca 17% da superfície da região, com maior expressão nos concelhos de Cinfães, de Amarante e Resende.</li> <li>– Áreas classificadas a nível regional com características particulares de elevado interesse paisagístico e biodiversidade, essencialmente constituídas por Espaços Florestais (77%).</li> <li>– Potencial aproveitamento de regeneração e conservação de áreas de folhosas indígenas.</li> </ul>
<b>Valores sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Paisagem verde e potencial de atração turística e de desporto na natureza, muito associado à quantidade e qualidade das linhas de água existentes.</li> </ul>

PONTOS FORTES	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Na região identificam-se 146 Estruturas de Recreio e Lazer, com maior incidência a Este do rio Tâmega e a Sul do Rio Douro.</li> <li>– Cerca de 900 locais de Património Arqueológico e de Cerca de 150 locais de Património Arquitetónico.</li> </ul>
<b>Qualificação e capacitação dos agentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Corpo técnico das 4 OPF reconhecidas pelo ICNF na região;</li> <li>– 10 equipas de Sapadores Florestais, constituídas por 50 trabalhadores especializados no âmbito da prevenção contra agentes bióticos e abióticos nocivos;</li> <li>– 11 Técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais municipais, com formação específica para apoiar a concretização e implementação das competências dos municípios em matéria de defesa da floresta;</li> <li>– Trabalhadores das 140 empresas de prestação de serviços ligados à silviculturas e caça na região.</li> </ul>

A região do Tâmega e Sousa, pela relevância dos espaços florestais, **pode ser considerada como uma região florestal, com um potencial produtivo elevado aliado à presença de áreas de elevado interesse de conservação e proteção.**

A região tem uma **capacidade empresarial significativa, associada a uma capacidade técnica elevada e de trabalho especializado na vertente da produção**, assente numa **capacidade organizativa bem estruturada ao nível da produção (pré-comercialização).**

PONTOS FRACOS	
<b>Competitividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ausência de cadastro florestal (exceção para alguns processos de Inventário da Estrutura da Propriedade em ZIF e uma zonas piloto do SINERGIC – Penafiel).</li> <li>– Diminuição da área de “Povoamentos florestais” contrariando o aumento verificado na região Norte: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Área de povoamentos decresceu cerca de 11.500 ha (15%) entre 1995 e 2005 – 1.150 ha/ano em 10 anos: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contrário à tendência de aumento da Região Norte</li> <li>▪ Acompanha tendência Nacional</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>– Não disponível informação atualizada relativa ao Volume em pé das principais espécies florestais da região.</li> <li>– Produtividade lenhosa real muito inferior à potencial (os acréscimos médios em volume, de eucalipto e de pinheiro bravo com valores muito inferiores aos referidos no PROF Tâmega).</li> <li>– Desconhecimento no número total de Unidades de Baldio (Co-gestão + Gestão Autónoma).</li> </ul>
<b>Gestão Florestal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Os espaços florestais da região assumem uma interação estreita com os espaços agrícolas e urbanos o que pode ser visto como uma vantagem do ponto de vista da compartimentação do território, mas pode dificultar do ponto de vista da gestão (produção e defesa).</li> <li>– Falta de informação normalizada e agregada sobre operacionalização do planeamento florestal existente, nomeadamente PGF e PUB.</li> <li>– Falta de delineamento de intervenção intermunicipal no âmbito da mitigação de riscos bióticos (Ex: Invasoras lenhosas) e abióticos (Ex: incêndios).</li> </ul>

PONTOS FRACOS	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reduzida perceção e opção de gestão multifuncional e multiprodutiva dos espaços florestais.</li> <li>– Riscos associados à sanidade florestal, nomeadamente pragas e doenças dos principais sistemas florestais presentes na região (Pinheiro bravo – NMP; Castanheiro – Cancro, Doença da tinta, Vespa das Gallhas; Eucalipto – Gorgulho do eucalipto).</li> <li>– 36% dos concelhos (4) sem equipas de Sapadores Florestais.</li> </ul>
<b>Biodiversidade e valores naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– O elevado impacto dos incêndios florestais em termos ambientais e aumento da área ocupada pelas espécies invasoras lenhosas.</li> <li>– Perda de solo e erosão, principalmente a decorrente dos incêndios florestais.</li> </ul>
<b>Valores sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Articulação entre as estruturas de promoção das atividades de desporto da natureza e informação sobre os valores sociais da região. Em especial no que respeita ao aproveitamento integrado com fins turísticos.</li> <li>– Comunicação das ofertas e valores para a sociedade em geral.</li> </ul>
<b>Qualificação e capacitação dos agentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– A interação formal entre agentes do setor florestal ocorre maioritariamente a nível nacional e em fóruns de interação entre agentes públicos e privados, vocacionados para questões específicas do setor florestal.</li> </ul>

A região apresenta **uma tendência de diminuição dos povoamentos florestais**, que apresentam uma **produtividade abaixo do potencial para a região**, associado ainda a **elevados índices de risco e condicionantes provocados pelos incêndios e outros fatores bióticos**.

Por outro lado, a região não apresenta uma **diversificação das atividades e produtos correspondentes à sua capacidade produtiva**, e **pode desenvolver a promoção da sua vertente paisagística, de recreio e de desporto na natureza associados aos espaços florestais**.

OPORTUNIDADES	
<b>Competitividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Escala de intervenção significativa aliada às ZIF (abrangem 26% dos EF da região) e aos baldios.</li> <li>– Alteração legislativa ao diploma das ZIF (2014) que facilita a inclusão num mesmo modelo das várias tipologias de titularidade/gestão dos espaços florestais.</li> <li>– O funcionamento na região de uma entidade promotora da certificação florestal regional e a implementação de um sistema de gestão florestal sustentável que permite a inclusão de qualquer proprietário/gestor florestal da região.</li> <li>– O tecido organizacional do setor florestal é alargado e complexo, fazendo parte deste diferentes tipos de agentes com distintos papéis e competências, organizados de diferentes formas.</li> <li>– Crescente procura de madeira de eucalipto pela indústria e promoção da sua produção e certificação.</li> </ul>
<b>Gestão Florestal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– A elevada quantidade de biomassa produzida por espécies invasoras lenhosas leva a considerar, no âmbito das estratégias de intervenção, uma aposta orientada para uma gestão que vise a sua exploração enquanto recurso energético para a produção de calor.</li> </ul>
<b>Biodiversidade e valores naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Preparação de um Programa de Ação Nacional de Combate a invasoras lenhosas (EFN-ICNF).</li> <li>– Apoios com vista à prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável – Fundo Ambiental.</li> </ul>



OPORTUNIDADES	
<b>Valores sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Crescente interesse da sociedade pelo conhecimento, visitação e consumo de produtos e serviços associados à natureza e ao património arquitetónico e arqueológico.</li> <li>– Definição de aspetos singulares nesta vertente e aposta na comunicação dos mesmos.</li> </ul>
<b>Qualificação e capacitação dos agentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– O ensino e investigação ligados ao setor florestal estão presentes na região ou na sua proximidade, através de 2 instituições de ensino superior do ramo agrário, 2 escolas profissionais agrárias. A existência de centros de formação e escolas profissionais, apesar de terem pouca oferta formativa para o setor florestal, constituem uma oportunidade nesta área.</li> </ul>
AMEAÇAS	
<b>Competitividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Falta de informação atualizada disponível relativa à ocupação florestal e existências das principais espécies na região.</li> <li>– Recorrência dos incêndios em ciclos temporais curtos em algumas zonas, inferiores aos ciclos de produção.</li> <li>– Desmotivação para a produção de pinho (riscos de retorno, entraves à comercialização/circulação, ...);</li> <li>– Desvalorização ou não atualização do preço dos produtos lenhosos (madeira de pinho e de eucalipto).</li> <li>– Conjetura económico-financeira dos últimos anos que inibe o investimento.</li> <li>– Dúvidas relativamente à possibilidade de os apoios públicos via PDR 2020, Programas Operacionais responderem às necessidades e/ou especificidades do setor florestal da região.</li> </ul>
<b>Gestão Florestal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Perspetiva de insuficiente nível de apoio para a manutenção de povoamentos florestais jovens (nomeadamente os instalados ao abrigo de QCA II e III);</li> <li>– Entre 2001-2015 arderam 97.500 ha de EF – 6.500 ha/ano (6% EF da Região/ano), 36.850 ha de Povoamentos – 2.457 ha/ano (3,4% Povoamentos da Região/ano) - Num ciclo de 30 anos arde uma área equivalente a 100% dos Povoamentos da região.</li> <li>– As principais causas dos incêndios florestais tem origem humana (negligente, intencional e reacendimento).</li> <li>– Perceção de reduzida taxa de reabrorização e implementação de medidas de minimização de impactes negativos após incêndios.</li> <li>– Perceção de elevada presença na região de invasoras lenhosas com efeitos consideráveis, mas falta informação oficial ou articulada para a região: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Mimosa (<i>Acacia dealbata</i>) – 60%, a acácia australiana (<i>Acacia melanoxylon</i>), a háquia picante (<i>Hakea sericea</i>), ambas com uma representatividade de 13%.</li> </ul> </li> </ul>
<b>Biodiversidade e valores naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Dualidade e articulação entre objetivos de produção e funcionalidades de proteção e conservação.</li> <li>– Subavaliação da ocupação de invasoras lenhosas no território. As manchas de invasoras lenhosas dispersas pela região podem levar ao bloqueio de cursos de água e consequentes cheias bem como ao aumento do risco de incêndios e à diminuindo do valor natural, turístico e recreativo dos espaços florestais.</li> </ul>
<b>Valores sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Competição inter-regional com outros territórios próximos.</li> </ul>
<b>Qualificação e capacitação dos agentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Desmotivação dos agentes e pouco interesse na atividade florestal decorrente dos riscos de retorno de investimento associados aos incêndios e outros agentes.</li> </ul>

## 1.2 Desafios para a produção florestal na região do Tâmega e Sousa

Da análise dos aspetos evidentes do território, com caráter positivo ou negativo, bem como da relação destes com os fatores externos que poderão potenciar ou ameaçar o seu desenvolvimento e promoção, são elencados de seguida os desafios da região do Tâmega e Sousa para o desenvolvimento do Potencial Endógeno dos Espaços Florestais.

Seguindo a metodologia adotada na análise SWOT, estes Desafios encontram-se agrupados de acordo com cada um dos quatro âmbitos anteriormente definidos, e é efetuada uma correspondência do seu contributo individual para cada pilar/objetivo de desenvolvimento sustentável:

- Económico,
- Ambiental,
- Social.

DESAFIOS - COMPETITIVIDADE	SUSTENTABILIDADE		
	Económica	Ambiental	Social
– Aumento da produtividade lenhosa das principais espécies florestais para obtenção de valores próximos dos potenciais para a região.	X		
– Incremento da Gestão Florestal Sustentável e da Certificação Florestal, e a sua disponibilização a todos os proprietários/gestores florestais da região.	X	X	X
– Promoção da concentração da oferta de produtos florestais.	X		
– Melhoria e criação de condições para a promoção do diálogo e definição de estratégias conjuntas, da produção florestal e dos consumidores desses produtos, essencialmente os lenhosos.	X		X
– Promoção de dinâmicas que conduzam à existência, e permanência, de mercados de proximidade, integrados, para produtos florestais como a Biomassa florestal, a Resina, os Cogumelos a Castanha e o Mel, numa lógica de atuação ao longo da cadeia de valor, envolvendo os agentes, desde o produtor ao consumidor.	X		X
– Disponibilização e acesso a informação de base territorial oficial atualizada e uniformizada.	X	X	X
– Dinamização do levantamento de estrutura da propriedade/Cadastro florestal, e sua manutenção, ancorado nas entidades com atuação no território e em ferramentas e metodologias já em uso.	X		X

DESAFIOS – GESTÃO FLORESTAL	SUSTENTABILIDADE		
	Económica	Ambiental	Social
– Garantia de apoio técnico e aconselhamento permanente, aos proprietários/gestores florestais, por parte das organizações que os representam.	X	X	X
– Obtenção de escala de produção e defesa florestal com uma maior expressão na região, pela promoção da organização (OPF, ZIF, Agrupamentos, Baldios ou outras formas de organizativas).	X	X	
– Orientação para objetivos de produção que conduzam à promoção e gestão de povoamentos puros, com especial enfoque para as propriedades de reduzida e média dimensão.	X	X	

DESAFIOS – GESTÃO FLORESTAL	SUSTENTABILIDADE		
	Económica	Ambiental	Social
– Diversificação de modelos de produção para obtenção de uma oferta mais alargada de produtos, nomeadamente, da mesma espécie florestal (Ex: Serração – Trituração – Biomassa).	X		
– Promoção da captação de investimento florestal para conversão de espaços de matos em povoamentos florestais, com enfoque para investimento em escala (grupo) com especial atenção à rearborização de áreas ardidas.	X		
– Maior aposta na prevenção estrutural da defesa da floresta (ZIF, Sapadores Florestais) com vista à continuidade de redução da representatividade de grandes incêndios.	X	X	X
– Redução do risco de retorno do investimento, pela aposta na prevenção, assegurando a possibilidade de produção em ciclos mais longos.	X	X	X
– Assegurar uma intervenção permanente no âmbito da sanidade florestal.	X	X	X
– Potenciação de dinâmicas de uso dos espaços Agroflorestais na vertente da silvopastorícia, da caça e da pesca.	X	X	X

DESAFIOS – BIODIVERSIDADE E VALORES NATURAIS	SUSTENTABILIDADE		
	Económica	Ambiental	Social
– Promoção da existência de mercados formais ou informais associados à produção de bens e serviços de ecossistema florestais.	X	X	X
– Promoção de articulação dos objetivos de produção, no âmbito da gestão florestal, com as funcionalidades de Proteção e Conservação dos espaços florestais.	X	X	
– Maior articulação entre diversos agentes, públicos e privados, no âmbito da proteção dos recursos e da conservação de valores naturais na região através de um planeamento e operacionalização integrado a uma escala territorial abrangente, com especial enfoque nas áreas com ordenamento específico.		X	X
– Manutenção da floresta e dos espaços florestais de Proteção, com enfoque para o solo e água, e de Conservação, com enfoque para as galerias ripícolas, para as manchas de folhosas autóctones e para os habitats naturais e espécies de fauna e flora.		X	X

DESAFIOS – VALORES SOCIAIS	SUSTENTABILIDADE		
	Económica	Ambiental	Social
– Promoção de articulação dos objetivos de produção, no âmbito da gestão florestal, com as funcionalidades de Recreio e lazer dos espaços florestais.	X		X
– Maior articulação entre diversos agentes, públicos e privados, no âmbito da organização, promoção e comunicação dos valores sociais da região - diferenciação.	X		X
– Potenciação de dinâmicas de uso dos espaços Agroflorestais numa vertente turística, de recreio e de lazer.	X	X	X

DESAFIOS – QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES	SUSTENTABILIDADE		
	Económica	Ambiental	Social
– Capacitação contínua dos agentes do setor com especial enfoque para os Técnicos (OPF, GTF, Empresas, ICNF) e Sapadores Florestais.	X	X	
– Qualificação dos prestadores de serviços florestais com enfoque para os diretamente ligados a atividades de instalação, condução e exploração florestal e à primeira transformação pré-industrial ou pré-consumo.		X	X
– Sensibilização dos consumidores para a utilização de energias renováveis como fontes de aquecimento – Biomassa florestal/Estilha.	X	X	X
– Informação e sensibilização da população para o valor da floresta da região com vista à diminuição de comportamentos de risco e à redução do número de ocorrências e da área ardida.	X	X	X

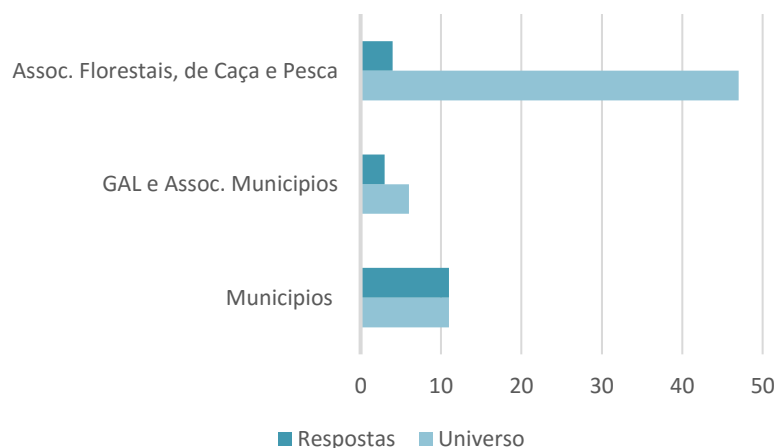
## 2. PRINCIPAIS NECESSIDADES, DESAFIOS E PRIORIDADES

### 2.1. Auscultação das Partes Interessadas – Identificação das principais necessidades

Foram identificadas principais Partes Interessadas no âmbito do Potencial Endógeno do território, tendo sido auscultadas e recolhidos os seus contributos, através da promoção de uma participação ativa dos principais atores na identificação das principais necessidades, desafios e prioridades.

A consideração e integração dos contributos das Partes interessadas da região teve por base a auscultação às mesmas por via da realização de sessões e consultas dirigidas a entidades identificadas pela equipa do estudo, no formato de questionários.

**Figura 1 – Envio de questionários e resposta das Partes Interessadas na NUTIII Tâmega e Sousa (2016)**



Por questões práticas, e porque alguns dos aspetos se encontravam repetidos em mais do que um âmbito, procedeu-se à sua integração naquele em que teria maior peso/efeito. Posteriormente são priorizados aqueles que são identificados por mais do que três tipologias de partes interessadas.

Da mesma forma e seguindo a metodologia de agregação utilizada nos pontos anteriores, foram agrupados os contributos das Partes interessadas nos quatro âmbitos estabelecidos para o efeito. Os contributos foram ainda segregados por tipologia de Parte Interessada:

- Organizações de Proprietários Florestais, Associações de Caça e Pesca
- GAL e Associações de Municípios
- Municípios

Diagnóstico relativo aos Recursos Florestais:

VANTAGENS/ ASPETOS POSITIVOS	DESVANTAGENS/ ASPETOS NEGATIVOS	POTENCIALIDADE	AÇÕES
- Áreas com elevada aptidão florestal	- Falta de ordenamento florestal (monocultura e propriedade)	- Turismo da natureza e de usos múltiplo	- Campanhas de sensibilização sobre a floresta
- Existência de manchas florestais contínuas	- Suscetibilidade a incêndios florestais	- Produtividade do material lenhoso	- Melhoria das acessibilidades à floresta, cursos de água, zonas de caça.
- Rede hidrogárfica densa e diversificada	- Interface urbano florestal (pressão urbanística)	- Dinamização e requalificação das margens dos rios (galerias ripícolas)	- Elaboração do cadastro; - Implementar outras estratégias de gestão florestal (uso do fogo controlado)
- Diversidade de fauna e flora	- Plano Defesa da Floresta Contra Incêndios (incumprimento, problema estrutural)	- Criação/requalificação de percursos pedonais	- Estruturas associativas - maximizar a potencialidade

No âmbito da **Competitividade** as necessidades de atuação mais prementes direcionam-se sobretudo para a **Realização do Cadastro Florestal**, para a **Implementação de Estratégias de gestão florestal**, para a **Informação e sensibilização aos agentes** e para o **Desenvolvimento das Estruturas de organização da produção**.

No âmbito da **Gestão Florestal** as necessidades de atuação direcionam-se sobretudo para a o **Funcionamento das estruturas associativas de gestão**, para o **Aumento da produtividade lenhosa** e para a **Implementação de ações de defesa**.

No âmbito da **Biodiversidade e valores naturais**, as necessidades de atuação direcionam-se sobretudo para a **Proteção da água do solo e da biodiversidade associada às galerias ripícolas**.

No âmbito dos **Valores sociais**, as linhas apontadas vão no sentido da **Diversificação e promoção de produtos e serviços associados à economia verde**, como a **melhoria de acessibilidades para atividades de turismo e desporto na natureza, caça e pesca**.

No âmbito da **Qualificação e Capacitação dos Agentes**, as necessidades de atuação direcionam-se sobretudo para a **sensibilização e informação generalizada**, sociedade e agentes do setor.

Numa outra abordagem, foram identificadas as competências atuais e futuras dos Municípios, tendo o seu resultado sido o seguinte:

PRESENTES	FUTURAS
- Ordenamento do território	- Apoio no cadastro
- Iniciativas: Concurso de pesca; zonas de caça; trilhos de BTT; percursos pedestres	- Divulgação e promoção de políticas facilitadoras da utilização dos recursos
- Conselhos cinegético, defesa contra incêndios, proteção civil	- Criação de infraestruturas e aplicação de técnicas culturais para a promoção espécies de caça
- Monitorização e fiscalização do PDFCI	- Licenciamento e certificação das atividades turísticas (p.e. trilhos de BTT)

Atualmente são referidas ações no âmbito do **Ordenamento do Território**, de **Defesa da Floresta contra incêndios** e de **desenvolvimento de atividades associadas à caça, pesca e desportos na natureza e recreio** nos espaços florestais.

Como expectativa os Municípios elencam competências no âmbito do **Cadastro predial**, **Divulgação de políticas para promoção dos recursos existentes**, atividades no âmbito da **Cinegética** e um papel no **licenciamento e certificação de atividades turísticas** associadas aos espaços florestais.

### 3. DIAGNÓSTICO E DEFINIÇÃO DA VISÃO E PRIORIDADES DE ATUAÇÃO

Neste ponto apresentam-se as propostas de atuação para o desenvolvimento do potencial endógeno (económico, ambiental, turístico e de lazer) dos espaços florestais na região do Tâmega e Sousa

#### 3.1. Definição da Visão e prioridades de Ação

Para a definição da Visão e das prioridades de Ação foram considerados os Resultados da Análise SWOT e a consequente identificação dos desafios (*Análise SWOT e Desafios*) bem como os contributos das Partes interessadas identificados (*PI (Contributos)*) nos pontos anteriores (1 e 2).

Adicionalmente procedeu-se ao enquadramento de cada uma das Ações nas principais Estratégias e Planos Nacionais relacionadas com o setor florestal:

- ENF – Estratégia Nacional para as Florestas.
- ENCNB – Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade.
- ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.
- PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.
- PNAER - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis.

COMPETITIVIDADE	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGIAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
– Apoio técnico e aconselhamento aos proprietários florestais	X	X	X		X		
– Levantamento e manutenção da informação da Estrutura da Propriedade/Cadastro Florestal	X	X	X				
– Ganhos em produtividade, em diversificação da produção e na valorização dos produtos por via da Certificação Florestal	X	X	X		X		
– Concentração da oferta de produtos florestais	X		X				
– Mercados locais e cadeias curtas de abastecimento (Ex: Biomassa, Resina, Cogumelos, Castanha e Mel)	X		X		X		X
– Modernização e capacitação das PME florestais	X		X				



COMPETITIVIDADE	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGIAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
– Preparação, dinamização e acompanhamento de iniciativas piloto orientadas para a promoção da utilização de energias renováveis (Biomassa)	X		X		X		
– Sinergia entre a Investigação e os agentes da Produção e Transformação	X		X		X		

GESTÃO FLORESTAL	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGIAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
– Consolidação e funcionamento das ZIF	X	X	X		X	X	
– Aumento de produtividade e diversificação produtiva e de produtos	X	X	X		X		
– Defesa da Floresta Contra Incêndios, com enfoque para a Prevenção estrutural e para a Sensibilização da população	X	X	X		X	X	
– Captação de investimento e (re)arborização de espaços florestais – Aumento da área florestal	X		X		X	X	
– Atuação invasoras lenhosas – Controlo/Aproveitamento (Biomassa)	X		X		X		
– Ações integradas de sanidade florestal (Pinheiro bravo – NMP; Castanheiro - Cancro, Doença da tinta e Vespa das galhas; Gorgulho do Eucalipto)	X		X		X		

BIODIVERSIDADE E VALORES NATURAIS	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGIAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
– Manutenção da floresta e dos espaços florestais de Proteção (solo e água), e de Conservação	X	X	X	X	X		

BIODIVERSIDADE E VALORES NATURAIS	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGICAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
(galerias ripícolas, manchas de folhosas autóctones, habitats naturais florestais, espécies de fauna e flora com estatuto de proteção)							
– Serviços de Ecossistema dos Espaços Florestais em articulação com floresta de produção	X		X				

VALORES SOCIAIS	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGICAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
– Utilização múltipla dos espaços florestais, orientada para a silvopastorícia, caça e pesca, turismo de natureza e recreio e promoção do património arquitetónico e arqueológico associado	X	X	X		X		

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES	FONTE		ENQUADRAMENTO EM ESTRATÉGICAS/PLANOS NACIONAIS				
	Análise SWOT e Desafios	PI (Contributos)	ENF	ENCNB	ENCAC	PNDFCI	PNAER
– Formação e informação dos agentes do setor, com enfoque para os diretamente ligados à produção florestal e à prestação de serviços florestais	X	X	X	X	X		

Da análise da Tabela anterior, constata-se que todas as Prioridades se enquadram e refletem a transposição para o território de um ou mais objetivos estratégicos dos principais documentos estratégicos relacionados com o setor florestal.

Daqui resulta aquela que poderá ser a **Visão da região no âmbito florestal**:

*Promover a o desenvolvimento económico, ambiental e social da região do Tâmega e Sousa através do aproveitamento, melhoria e defesa dos recursos florestais endógenos, da conservação e proteção dos valores naturais e sociais da região e da sua promoção para o desenvolvimento sustentado do turismo de natureza.*

## **4. PROPOSTAS DE ATUAÇÃO - LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS.**

### **4.1. Identificação das Linhas de Ação – Base, Transversais e Piloto**

Para cada um dos âmbitos de orientação estratégica foram definidas as Linhas de Ação que servirão de suporte à elaboração de um Plano de Ação Integrado para o Desenvolvimento Florestal da Região do Tâmega e Sousa.

As propostas de atuação para o desenvolvimento do potencial endógeno (económico, ambiental, turístico e de lazer) das florestas na região do Tâmega e Sousa são vertidas em Linhas de Ação prioritárias, com identificação dos objetivos específicos e as possíveis fontes de financiamento.

ÂMBITO	PRIORIDADES	LINHAS DE AÇÃO - BASE	LINHAS DE AÇÃO - TRANSVERSAIS	LINHA DE AÇÃO - PILOTO
<b>COMPETITIVIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio técnico e aconselhamento aos proprietários florestais</li> <li>– Levantamento e manutenção da informação da Estrutura da Propriedade/Cadastro Florestal</li> <li>– Ganhos em produtividade, em diversificação da produção e na valorização dos produtos por via da Certificação Florestal</li> <li>– Concentração da oferta de produtos florestais</li> <li>– Mercados locais e cadeias curtas de abastecimento (Ex: Biomassa, Resina, Cogumelos, Castanha e Mel)</li> <li>– Modernização e capacitação das PME florestais</li> <li>– Preparação, dinamização e acompanhamento de iniciativas piloto orientadas para a promoção da utilização de energias renováveis (Biomassa)</li> <li>– Sinergia entre a Investigação e os agentes da Produção e Transformação</li> </ul>	<b>LINHA AÇÃO 1. Organização: Aconselhamento, Certificação e Comercialização</b>	<b>LINHA AÇÃO 4. Qualificação e Capacitação</b>	<b>LINHA AÇÃO 7. Ações Integradas Piloto de Valorização de Recursos, Gestão Territorial, Prevenção de Riscos e Promoção turística.</b>
<b>GESTÃO FLORESTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Consolidação e funcionamento das ZIF</li> <li>– Aumento de produtividade e diversificação produtiva e de produtos</li> <li>– Defesa da Floresta Contra Incêndios, com enfoque para a Prevenção estrutural e para a Sensibilização da população</li> <li>– Captação de investimento e (re)arborização de espaços florestais – Aumento da área florestal</li> <li>– Atuação invasoras lenhosas – Controlo/Aproveitamento (Biomassa)</li> </ul>	<b>LINHA AÇÃO 2. Gestão florestal: Escala, Produtividade, e Defesa</b>	<b>LINHA AÇÃO 5. Informação e Sensibilização</b>  <b>LINHA AÇÃO 6. Informação setorial estatística e cartográfica</b>	
<b>BIODIVERSIDADE E VALORES NATURAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Manutenção da floresta e dos espaços florestais de Proteção (solo e água), e de Conservação (galerias ripícolas, manchas de folhosas autóctones, habitats naturais florestais, espécies de fauna e flora com estatuto de proteção).</li> <li>– Serviços de Ecosistema dos Espaços Florestais em articulação com floresta de produção</li> </ul>	<b>LINHA AÇÃO 3. Valores singulares Florestais: Naturais, Sociais, Desporto, Turismo e Recreio</b>		
<b>VALORES SOCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Utilização múltipla dos espaços florestais, orientada para a silvopastorícia, caça e pesca, turismo de natureza e recreio e promoção do património arquitetónico e arqueológico associado.</li> </ul>			
<b>QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Formação e informação dos agentes do setor, com enfoque para os diretamente ligados à produção florestal e à prestação de serviços florestais</li> </ul>	---		

## **4.2. Objetivos, Pertinência e Fontes de financiamento**

Nas tabelas seguintes são identificadas as Ações, os Objetivos e as Potenciais fontes de Financiamento no horizonte temporal 2020, enquadradas em cada uma das Linhas de Ação identificadas no ponto 4.1.

LINHA DE AÇÃO BASE:		1. ORGANIZAÇÃO: ACONSELHAMENTO, CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	
<b>Realização do Cadastro Predial Rústico.</b>	<p>Conhecer com rigor o território, dispondo de informação atualizada e fidedigna acerca da identificação unívoca dos prédios rústicos e urbanos, da definição dos seus limites (coordenadas das extremas) e dos respetivos titulares, é indispensável para o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas.</p> <p>Obtenção e organização de conhecimento relativo à propriedade florestal e titularidade com benefícios claros em termos de competitividade.</p>	<p><b>POSEUR</b>  <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos / OBJETIVO TEMÁTICO 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</b>  <b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 5.2 - Riscos e catástrofes</b>            TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes. (Execução de cadastro predial em zonas consideradas prioritárias no quadro das políticas sectoriais nacionais, regionais e municipais/locais, com enfoque para as áreas de risco (Ex: ZIF – Zonas de Intervenção Florestal), incluindo uniformização, consolidação e atualização do sistema de informação que constitui a base do Sistema Nacional de Informação Cadastral).</p> <p><b>FUNDO FLORESTAL PERMANENTE</b>  <b>EIXO III - Promoção do investimento, da gestão e do ordenamento florestal.</b>            AÇÕES – Elaboração do Inventário de Estrutura da Propriedade em ZIF</p>	
<b>Aconselhamento aos proprietários florestais da região.</b>	<p>Disponibilização de Serviços de Aconselhamento Florestal aos proprietários e gestores florestais em todos os domínios da atividade, em especial na promoção do desenvolvimento sustentável da região e da valorização dos produtos florestais, contribuindo para a Consolidação, expansão e competitividade das explorações florestais e para a minimização do abandono e despovoamento rurais e dos riscos de incêndio florestal, fitossanitários e de desertificação, sem descurar, outros, o atual quadro de alterações climáticas.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020:</b>  <b>MEDIDA 2 – Conhecimento</b>  <b>AÇÃO 2.2 - Aconselhamento (Florestal)</b>            OPERAÇÃO 2.2.1 - Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal            OPERAÇÃO 2.2.2 - Apoio à criação de Serviços de Aconselhamento            OPERAÇÃO 2.2.3 - Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras dos Serviços de Aconselhamento</p>	
<b>Fortalecimento das estruturas de Certificação Florestal no âmbito regional.</b>	<p>Promoção da Certificação Florestal na região com vista ao aumento da área florestal certificada e da oferta e procura de produtos florestais certificados da região, passando pela Certificação Florestal na vertente da gestão dos</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020:</b>  <b>MEDIDA 2 – Conhecimento</b></p>	

LINHA DE AÇÃO BASE:		1. ORGANIZAÇÃO: ACONSELHAMENTO, CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	<p>espaços florestais (GFS) e na vertente da procura de produtos certificados (CdR).</p>	<p><b>AÇÃO 2.2 - Aconselhamento (Florestal)</b>            OPERAÇÃO 2.2.1 - Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal - Área Temática - Acompanhamento da manutenção da certificação florestal, incluindo certificações de grupo ou regionais.</p> <p><b>MEDIDA 4 - Valorização dos Recursos Florestais</b>            OPERAÇÃO 4.0.1 - Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado (Certificação CdR)            OPERAÇÃO 4.0.2 - Investimentos em produtos florestais não identificados no Anexo I do Tratado (Certificação CdR)</p> <p><b>MEDIDA 8 – Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais / AÇÃO 8.1 – Silvicultura sustentável</b>            OPERAÇÃO 8.1.6 - Melhoria do valor económico das florestas -</p> <p><b>FUNDO FLORESTAL PERMANENTE:</b>  <b>EIXO III – Promoção do Investimento, da Gestão e do Ordenamento Florestal</b>            AÇÃO – Sistemas de Gestão Florestal Sustentável (Criação e Adesão)</p>
<p><b>Promoção da otimização e eficiência dos processos de exploração e comercialização de produtos florestais pela concentração da oferta.</b></p>	<p>Melhoria da organização e concentração da produção primária, aumentando a escala de oferta e visando a melhoria da capacidade de gestão e organização dos produtores primários e a valorização do produto. Promover a organização da produção (mercado) e a concentração da oferta de produtos florestais na região, permitindo aos produtores beneficiarem do fator escala em termos de eficiência, redução de custos de exploração, diminuição de intermediários e aumento do poder negocial junto dos clientes englobando o apoio aos investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais.</p> <p>Como vantagens para a indústria destaca-se a diminuição dos canais de oferta das matérias-primas que consomem.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b>  <b>MEDIDA 5 - Organização da Produção</b>            OPERAÇÃO 5.0.1 - Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores.</p> <p><b>MEDIDA 4 - Valorização dos Recursos Florestais</b>            OPERAÇÃO 4.0.1 - Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado            OPERAÇÃO 4.0.2 - Investimentos em produtos florestais não identificados no Anexo I do Tratado</p> <p><b>PONORTE</b>  <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Inclusão Social e Emprego / OBJETIVO TEMÁTICO 8 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral</b></p>

LINHA DE AÇÃO BASE:	1. ORGANIZAÇÃO: ACONSELHAMENTO, CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	<p>Contribuir para o reforço da capacidade produtiva das pequenas e médias empresas de base florestal, promovendo a requalificação do tecido empresarial, através do apoio às empresas de exploração florestal, comercialização e transformação de matérias-primas provenientes de sistemas florestais ou agroflorestais, capaz de proporcionar, designadamente, o seu ajustamento tecnológico, a otimização dos fatores de rendimento e ganhos de eficiência, com vista ao aumento da competitividade do sector e à manutenção de emprego.</p>	<p>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 8.3 – Criação de emprego. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.</p>
<p>Promoção de dinâmicas de produção, exploração, comercialização e consumo de biomassa florestal para uso térmico</p>	<p>Desenvolvimento de novas tecnologias, através do recurso a projetos-piloto (desenvolvimento de energias renováveis biomassa), assim como em tecnologias que não estejam ainda disseminadas no território nacional, contribuindo para a redução da dependência energética do exterior baseado na redução do consumo de energia primária e da importação de combustíveis fósseis.</p> <p>A aplicação de um modelo de valorização da biomassa florestal de proximidade para uso térmico na região, valorizando subprodutos florestais, aumentando a rentabilidade dos produtores, aumentar o emprego na região, nomeadamente na área do processamento e fornecimento de biomassa florestal (estilha) e na instalação e manutenção de equipamentos de geração de calor, diminuindo a fatura energética das populações, e das entidades públicas e privadas da região, e diminuindo o risco de incêndio florestal pelo aumento/dinâmica da atividade nos espaços florestais.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 1 – Inovação</b> AÇÃO 1.1 – Grupos Operacionais</p> <p><b>POSEUR</b> <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos. / OBJETIVO TEMÁTICO 4 – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores</b> <b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas.</b> TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Eficiência energética nas infraestruturas públicas – Administração Central</p> <p><b>POCI</b> <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Competitividade e Internacionalização / OBJETIVO TEMÁTICO 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação / PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 1.1 – Investigação e Inovação</b> TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO – Programas de atividades conjuntas (IC&amp;DT) / Projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&amp;DT) / Projetos de investigação de caráter exploratório (IC&amp;DT) / Programas integrados de IC&amp;DT</p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 1.2 - Investimento nas empresas</b></p>



LINHA DE AÇÃO BASE:	1. ORGANIZAÇÃO: ACONSELHAMENTO, CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		<p>TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO – Núcleos I&amp;DT (Projetos Individuais) (I&amp;DT Empresarial) / Núcleos I&amp;DT (Projetos co promoção) / Projetos individuais I&amp;DT (I&amp;DT Empresarial) / Projetos de co promoção de I&amp;DT (I&amp;DT Empresarial) / Projetos demonstradores (I&amp;DT Empresarial) / Redes e outras formas de parceria e cooperação (Ações coletivas) / Transferência de conhecimento científico e tecnológico (Ações coletivas)</p> <p>A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na eco-inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.</p> <p><b>PONORTE</b></p> <p><b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Competitividade e Internacionalização / OBJETIVO TEMÁTICO 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</b></p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 1.1 – Investigação e Inovação</b></p> <p>TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Programas integrados de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&amp;DT)</p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 1.2 - Investimento nas empresas</b></p> <p>TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO – Núcleos I&amp;DT (Projetos Individuais) (I&amp;DT Empresarial) / Núcleos I&amp;DT (Projetos co promoção) / Projetos Individuais I&amp;DT (I&amp;DT Empresarial) / Projetos de co promoção de I&amp;DT (I&amp;DT Empresarial) / Projetos demonstradores (I&amp;DT Empresarial) / Redes e outras formas de parceria e cooperação (Ações coletivas) / Transferência de conhecimento científico e tecnológico.</p> <p>Promoção do investimento das empresas na I&amp;D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de</p>

LINHA DE AÇÃO BASE:	1. ORGANIZAÇÃO: ACONSELHAMENTO, CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		<p>tecnologia, na inovação social, a eco inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral. Atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de I&amp;D (projetos demonstradores).</p> <p><b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos. / OBJETIVO TEMÁTICO 4 – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores.</b></p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 4.2 – Eficiência energética nas empresas.</b></p> <p>TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Eficiência energética nas empresas.</p> <p>Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas. Beneficiários: Empresas, IPSS e Organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos</p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas.</b></p> <p>TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO – Eficiência energética nas infraestruturas públicas – Administração local / Eficiência energética na habitação social.</p> <p>Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação. Beneficiários: Administração pública local, Entidades públicas gestoras de habitação social e Organismos que implementam instrumentos financeiros ou o fundo de fundos.</p>

LINHA DE AÇÃO BASE:		2. GESTÃO FLORESTAL: ESCALA, PRODUTIVIDADE, E DEFESA
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
<p><b>Ações de promoção do aumento da produtividade dos povoamentos florestais.</b></p>	<p>É dada prioridade à consolidação da área florestal, em particular aos investimentos que tenham como objetivo a melhoria do valor económico e a reabilitação de povoamentos cuja viabilidade se encontra comprometida, dependendo a sua continuidade de intervenções eficazes que diminuam os riscos e promovam a sua resiliência.</p> <p>Destaca -se a necessidade de apoiar a reconversão de povoamentos cuja produtividade se encontre manifestamente abaixo da potencial, recorrendo a técnicas silvícolas e a materiais de reprodução adequados, e majorando os apoios quando se trate de intervenções com escala territorial conseguida, nomeadamente através de formas associativas de gestão dos espaços florestais.</p> <p>É ainda relevante a integração em formas de gestão florestal agrupada. Beneficiação produtiva de povoamentos florestais, bem como a reabilitação de povoamentos afetados por agentes bióticos, abióticos e catástrofes naturais e dos degradados ou instalados em condições ecologicamente desajustadas.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 8 – Proteção e reabilitação de Povoamentos florestais</b> <b>AÇÃO 8.1 – Silvicultura Sustentável</b> OPERAÇÃO 8.1.4 – Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos OPERAÇÃO 8.1.5 – Melhoria de resiliência e do valor ambiental das florestas. OPERAÇÃO 8.1.6 – Melhoria do valor económico das florestas</p> <p><b>FUNDO CONSERVAÇÃO NATUREZA E BIODIVERSIDADE</b> Apoio a ações de renaturalização em áreas degradadas da RFCN</p>
<p><b>Instalação de áreas de novos povoamentos florestais na região.</b></p>	<p>Assume -se, também, como objetivo o apoio à expansão da área florestal através da arborização de terras agrícolas marginais e de áreas ocupadas por matos e pastagens cuja concretização, devidamente enquadrada pelos PROF, deve contribuir para aumentar o valor económico, ambiental e social das explorações florestais.</p> <p>Necessidade de reforçar a produtividade e ainda contemplar a atratividade de investimentos relacionados com matérias de sustentabilidade económica e ambiental, aumento da produtividade da terra, nomeadamente através de melhorias na fertilidade do solo, pela escolha adequada das variedades culturais, pelo reordenamento de produções florestais não adaptadas às condições edafoclimáticas.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 8 – Proteção e reabilitação de Povoamentos florestais</b> <b>AÇÃO 8.1 – Silvicultura Sustentável</b> OPERAÇÃO 8.1.1 – Florestação de terras agrícolas e não agrícolas OPERAÇÃO 8.1.2 – Instalação de Sistemas Agro-Florestais</p>

LINHA DE AÇÃO BASE:		2. GESTÃO FLORESTAL: ESCALA, PRODUTIVIDADE, E DEFESA	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	
	Promoção da instalação de novos povoamentos florestais, principalmente em áreas de ZIF e territórios comunitários, com vista ao aproveitamento dos espaços e aumento da sua rentabilidade.		
<b>Gestão multifuncional e multiprodutiva dos espaços florestais</b>	Promover a gestão multifuncional e a diversificação na produção de bens e serviços por parte dos proprietários florestais da região, nomeadamente, mel, cogumelos silvestres, caça e a pesca de águas interiores, de forma a proporcionar uma maior rentabilidade do espaço florestal e consequentemente uma maior atratividade para o investimento.	<b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 8 – Proteção e reabilitação de Povoamentos florestais</b> <b>AÇÃO 8.1 – Silvicultura Sustentável</b> OPERAÇÃO 8.1.2 – Instalação de Sistemas Agroflorestais OPERAÇÃO 8.1.6 – Melhoria do valor económico das Florestas <b>AÇÃO 8.2 – Gestão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas</b> OPERAÇÃO 8.2.1 – Gestão de Recursos Cinegéticos OPERAÇÃO 8.2.2 – Gestão de Recursos Aquícolas	
<b>Gestão florestal conjunta - Pequena escala</b>	Promover a melhoria da organização em escala ao nível da gestão (produção e defesa).	<b>FUNDO FLORESTAL PERMANENTE</b> <b>EIXO III - Promoção do Investimento, da gestão e do Ordenamento Florestal</b> AÇÕES - Elaboração dos Elementos Estruturantes das Zonas de Intervenção Florestal (PGF, PEIF)	
<b>Ações de defesa contra riscos à produção e produtividade florestais</b>	A articulação e disponibilização de meios para a prevenção estrutural em termos de defesa da floresta contra incêndios é a forma mais eficaz de se promover salvaguarda de bens pela atuação na eliminação dos perigos e na redução da severidade potencial das ocorrências.  Prevenção contra agentes bióticos nocivos (Pragas e doenças florestais) em intervenções à escala da exploração florestal ou em escala territorial relevante para os agentes dos principais sistemas produtivos da região,	<b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 2 - Conhecimento</b> <b>AÇÃO 2.2 - Aconselhamento (Florestal)</b> OPERAÇÃO 2.2.1 - Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal Área Temática - Aconselhamento dirigido às áreas da defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos nomeadamente sobre Fitossanidade Florestal e/ou Defesa da floresta contra incêndios. <b>MEDIDA 8 – Proteção e reabilitação de Povoamentos florestais</b> <b>AÇÃO 8.1 – Silvicultura Sustentável</b>	

LINHA DE AÇÃO BASE:	2. GESTÃO FLORESTAL: ESCALA, PRODUTIVIDADE, E DEFESA	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	<p>nomeadamente, Gorgulho do Eucalipto, Tinta e Cancro do Castanheiro, Vespa das galhas do Castanheiro e NMP – Pinheiro bravo.</p> <p>No que se refere às Invasoras lenhosas, Intervenção de contenção de grandes núcleos e erradicação de pequenos núcleos para evitar propagação e erradicação em zonas pontuais com recurso a diferentes meios de luta, física, química e biológica, de acordo com a espécie e as condições dos locais, como descasque ou uso do fogo, de forma continuada.</p>	<p>OPERAÇÃO 8.1.3 – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos Mosaicos de parcelas e redes de gestão de combustíveis e sinalização de infraestruturas. Ações de prevenção e controlo de Pragas e doenças de acordo com orientações do POSF. Operações de Controlo de Invasoras Lenhosas</p> <p>OPERAÇÃO 8.1.4 – Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos Ao nível da Exploração agroflorestal - Reabilitação de povoamentos - controlo de espécies invasoras lenhosas</p> <p>OPERAÇÃO 8.1.5 – Melhoria da resiliência e do Valor ambiental das florestas Ao nível da Exploração agroflorestal - Operações silvícolas, incluindo o aproveitamento da regeneração natural, adensamentos ou redução de densidades, podas, desramações, controlo de vegetação espontânea ou cobertura do solo com plantas melhoradoras do solo e controlo de espécies invasoras lenhosas.</p> <p><b>POSEUR</b> <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos</b> <b>OBJETIVO TEMÁTICO 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</b> <b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 5.2 - Riscos e catástrofes</b> TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Prevenção e gestão de riscos – Redes de defesa da floresta contra incêndios Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes. Prevenção de riscos de incêndio florestal - Apoiar o estabelecimento de redes de defesa da floresta contra incêndios, aprovadas nos respetivos planos municipais e distritais, na lógica da proteção do território. Estas redes integram a rede primária e a rede secundária de faixas de gestão de combustível. Adaptação às Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos; Redução dos Incêndios Florestais”: ii) Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).</p> <p><b>OBJETIVO TEMÁTICO 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b></p>

LINHA DE AÇÃO BASE:	2. GESTÃO FLORESTAL: ESCALA, PRODUTIVIDADE, E DEFESA	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		<p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.4 - Biodiversidade.</b>            Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.            TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Ações de prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras.</p> <p><b>FUNDO FLORESTAL PERMANENTE</b>  <b>EIXO II – Defesa da floresta contra incêndios</b>            AÇÕES - Funcionamento das equipas de Sapadores Florestais / Reequipamento equipas Sapadores Florestais / Funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais / Instalação de rede primária e faixas de gestão de combustível / Apoio à contratação de vigilantes florestais / Vigilância armada e sensibilização das populações - FAUNOS.</p>

LINHA DE AÇÃO BASE:		3. VALORES SINGULARES FLORESTAIS: NATURAIS, SOCIAIS, DESPORTO, TURISMO E RECREIO
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
<p><b>Ações de conservação de habitats florestais e espécies de fauna e flora protegidas, raras ameaçadas ou endémicas</b></p>	<p>Promover o aumento/atualização do conhecimento e a conservação de habitats florestais e espécies prioritários, aconselhamento nesta área temática, e disseminação de informação sobre orientações de gestão PSRN2000 e sobre apoios à realização das intervenções.</p> <p>Consolidar e melhorar as várias funções e serviços que a floresta proporciona, garantindo e aumentando a sua valorização económica, ambiental e social através de uma gestão ativa e profissionalizada dos espaços florestais, adotando medidas de curto, médio e longo prazo, de forma a tornar a floresta mais estável e resiliente aos ataques, de agentes bióticos nocivos, melhorar o valor ambiental e o valor social dos espaços, florestais, maximizando as suas funções ambientais, protetoras e de enquadramento paisagístico, aumentar a rentabilidade e a sustentabilidade económica do setor florestal numa ótica multifuncional, contribuir para o ordenamento do território reforçando a sua sustentabilidade.</p> <p>Importância do restauro e da requalificação ambiental e paisagística das áreas afetadas, designadamente as ocupadas/ameaçadas por invasoras lenhosas.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 8 – Proteção e reabilitação de Povoamentos florestais</b> <b>AÇÃO 8.1 – Silvicultura Sustentável</b> OPERAÇÃO 8.1.5 - Melhoria de resiliência e do valor ambiental das florestas Escala da Exploração florestal – Intervenções em habitats florestais que visem a melhoria do seu estado de conservação. Escala territorial relevante – Rejuvenescimento povoamentos florestais de quercíneas</p> <p><b>POSEUR</b> <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos / OBJETIVO TEMÁTICO 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b> <b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.4 - Biodiversidade</b> Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes. TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Proteção da Biodiversidade e dos ecossistemas – Conservação da natureza. Ações dirigidas para a recuperação e proteção de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável.</p> <p><b>FUNDO AMBIENTAL</b> No âmbito dos seguintes objetivos do FA: I) Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade.</p>
<p><b>Ações de proteção do solo e água.</b></p>	<p>Aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis através de intervenções visando a conservação do solo e da água nas cabeceiras das bacias hidrográficas, nas encostas mais declivosas e propensas à erosão e na envolvimento dos cursos e linhas de água de regime torrencial.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 7 – Agricultura e recursos naturais</b> <b>AÇÃO 7.10 – Silvoambientais</b> OPERAÇÃO 7.10.2 - Manutenção e recuperação de galerias ripícolas <b>AÇÃO 7.11 – Investimentos não produtivos</b></p>

LINHA DE AÇÃO BASE:	3. VALORES SINGULARES FLORESTAIS: NATURAIS, SOCIAIS, DESPORTO, TURISMO E RECREIO	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
	<p>Melhoria da gestão dos recursos naturais e a proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem.</p> <p>Salientam-se as, necessidades relacionadas com prevenção da erosão do solo e alteração da estrutura da sua utilização e com a proteção e promoção da biodiversidade, designadamente através da preservação e manutenção de sistemas de alto valor natural, incluindo os localizados na zona de Rede Natura, da recuperação das floresta de conservação e da preservação da biodiversidade selvagem dependente dos ecossistemas florestais.</p> <p>Promoção da infiltração de água nas cabeceiras de linhas de água e redução da perda de solo na região, especialmente, nas áreas percorridas por incêndios florestais.</p> <p>Promover a conservação de galerias ripícolas, através da sua beneficiação e manutenção, bem como da instalação de novas galerias, com vista à redução de riscos de ordem abiótica, ao amento da qualidade da água e da biodiversidade associada.</p>	<p>OPERAÇÃO 7.11.1 - Instalação e recuperação de galerias ripícolas <b>MEDIDA 8 – Proteção e reabilitação de Povoamentos florestais</b> <b>AÇÃO 8.1 – Silvicultura Sustentável.</b></p> <p>OPERAÇÃO 8.1.4 – Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos</p> <p>Intervenções para controlo da erosão e para prevenir a contaminação/assoreamento de linhas de água. Escala territorial relevante - Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, contaminação/assoreamento das linhas de água (...), em áreas identificadas pelas entidades competentes.</p> <p>OPERAÇÃO 8.1.5 - Melhoria de resiliência e do valor ambiental das florestas Escala da Exploração florestal - Proteção de habitats e promoção da biodiversidade: Reabilitação e instalação de galerias ripícolas ou de matas ribeirinhas</p> <p><b>FUNDO AMBIENTAL</b></p> <p>No âmbito dos seguintes objetivos do FA:</p> <p>b) Adaptação às alterações climáticas, dando especial relevo a ações na zona costeira e nas demais áreas dos recursos hídricos;</p> <p>g) Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos.</p>
<p><b>Desenvolvimento turístico, desportivo, para o recreio e lazerem espaços florestais</b></p>	<p>Promoção do turismo, recreio e lazer nos Espaços Florestais da região pela elaboração de um Plano de desenvolvimento do turismo no espaço florestal tendo em conta a Melhoria das acessibilidades aos espaços florestais com interesse turístico, a Construção e manutenção de pequenas infraestruturas, sinalização e informação, a Dinamização da criação de novos negócios de turismo de natureza, a Promoção integrada da oferta de atividades da região e a Elaboração de publicações relativas aos espaços florestais com interesse turístico.</p>	<p><b>PONORTE</b></p> <p><b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos / OBJETIVO TEMÁTICO 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b></p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.3 - Património natural e cultural</b></p> <p>TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Património natural e cultural</p> <p>A valorização do património cultural e natural passa pela implementação do seguinte tipo de ações: (i) valorização e promoção de bens histórico-culturais públicos e de equipamentos com vocação cultural e de elevado interesse turístico; (ii) qualificação, desenvolvimento de uma oferta integrada de serviços e promoção de redes de áreas protegidas/classificadas com relevância</p>



LINHA DE AÇÃO BASE:	3. VALORES SINGULARES FLORESTAIS: NATURAIS, SOCIAIS, DESPORTO, TURISMO E RECREIO	
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
		<p>turística; (iii) marketing territorial de espaços de elevado valor natural, cultural e paisagístico, envolvendo promoção turística dirigida ao mercado nacional; (iv) organização e promoção de eventos culturais de elevado impacto internacional em matéria de projeção da imagem da Região e que impulsionem o incremento dos fluxos turísticos). Beneficiários: Administração pública local, central e regionalmente desconcentrada, empresas municipais, entidades privadas sem fins lucrativos, agentes culturais e organizações não-governamentais da área do ambiente e proteção da natureza (ONGA).</p> <p><b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Inclusão Social e Emprego / OBJETIVO TEMÁTICO 8 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral</b></p> <p><b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 8.3 – Criação de emprego</b></p> <p>Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.</p> <p><b>TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO</b></p> <p>Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.</p>

LINHA DE AÇÃO TRANSVERSAL:		4. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
<p><b>Avaliação resposta às necessidades de formação dos Agentes do setor</b></p>	<p>É uma Ação transversal às Linhas de Ação 1, 2 e 3 - do ponto de vista macro, o enquadramento e objetivos são os dessas mesmas ações.</p> <p>Elaboração do diagnóstico de necessidades dos agentes do setor na região bem como a elaboração e implementação de um Plano de formação integrado e transversal para resposta às necessidades da região e dos agentes do setor.</p> <p>Prevêem-se, à partida, os seguintes Grupos-alvo: Proprietários Florestais; Técnicos Florestais; Técnicos municipais; Sapadores Florestais; Prestadores de serviços florestais; Trabalhadores rurais; Trabalhadores da indústria de produtos de base florestal;</p> <p>Prevêem-se, à partida, as seguintes Áreas temáticas: Gestão Florestal; Produção florestal; Exploração florestal, transformação e logística de biomassa florestal; Produção mista (Madeira, Resina, Biomassa, Mel, Castanha); Silvopastorícia; Micologia; Defesa da Floresta (Prevenção estrutural FGC; Contingência Invasoras lenhosas; Sanidade florestal); Proteção e conservação de valores naturais; Boas práticas e Gestão Florestal Sustentável; Certificação florestal GFS e CdR; Biomassa florestal para uso térmico.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 2 - Conhecimento</b> <b>AÇÃO 2.1 – Capacitação e Divulgação</b> OPERAÇÃO 2.1.1 - Ações de Formação OPERAÇÃO 2.1.2 - Atividades de Demonstração OPERAÇÃO 2.1.3 - Intercâmbios de Curta duração e visitas a explorações agrícolas e florestais</p> <p><b>FUNDO AMBIENTAL</b> No âmbito dos seguintes objetivos do FA: m) Capacitação e sensibilização em matéria ambiental.</p>

LINHA DE AÇÃO TRANSVERSAL:		5. INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
AÇÃO	OBJETIVOS	POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
<p><b>Informação e sensibilização aos agentes do setor, partes interessadas e sociedade em geral</b></p>	<p>É uma Ação transversal às Linhas de Ação 1, 2 e 3 - do ponto de vista macro, o enquadramento e objetivos são os dessas mesmas ações.</p> <p>Elaboração e operacionalização de um Plano de Informação e Sensibilização Integrado para a região com vista à disseminação de informação aos agentes do setor para áreas prioritárias, em complementaridade com ações a desenvolver nas Linhas de Ação 1, 2 e 3.</p> <p>Identificam-se, à partida, Ações de sensibilização e informação sobre: Certificação Florestal – GFS - dirigidas aos agentes do Sistema de Gestão Florestal Sustentável regional; Certificação Florestal – CdR - dirigidas às empresas de comercialização e transformação de produtos de base florestal da região; Uso da biomassa para aquecimento (OPF; Prestadores de serviço; Utilizadores - Entidades públicas, indústria, escolas, ...); Prevenção contra agentes bióticos nocivos (Pragas e doenças); Defesa da Floresta Contra Incêndios; Boas Práticas florestais - Proteção do solo contra erosão; Boas Práticas florestais - Conservação galerias ripícolas; Orientações de Gestão - Conservação habitats e espécies; Apoios públicos ao setor; Turismo, lazer e recreio nos espaços florestais.</p>	<p><b>PDR CONTINENTE 2020</b> <b>MEDIDA 2 - Conhecimento</b> <b>AÇÃO 2.1 - Capacitação e Divulgação</b> OPERAÇÃO 2.2.4 - Ações de Informação OPERAÇÃO 2.1.3 - Intercâmbios de curta duração e Visitas as explorações agrícolas e florestais</p> <p><b>POSEUR</b> <b>DOMÍNIO TEMÁTICO – Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos</b> <b>OBJETIVO TEMÁTICO 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</b> <b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 5.1 - Adaptação alterações climáticas</b> Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas. TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - Campanhas e instrumentos de comunicação no âmbito da prevenção e gestão de riscos; Ações de sensibilização e prevenção de incêndios florestais junto da população para promoção da alteração de comportamentos de risco e a adoção de medidas preventivas; Ações de divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas) (Beneficiários: Autarquias; Entidades Gestoras de ZIF, ...).</p> <p><b>OBJETIVO TEMÁTICO 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b> <b>PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.4 – Biodiversidade</b> Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede natura 2000 e das infraestruturas verdes. TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO – Conservação da natureza, c) Informação, viii) Desenvolvimento de conteúdos e ações de sensibilização para a conservação da natureza junto da comunidade jovem e escolar.</p> <p><b>FUNDO FLORESTAL PERMANENTE</b></p>

		<p><b>EIXO INTERVENÇÃO I – Sensibilização e Informação</b></p> <p>AÇÃO - Campanhas de sensibilização: Públicos-alvo do setor agroflorestal</p> <p><b>FUNDO AMBIENTAL</b></p> <p>No âmbito dos seguintes objetivos do FA:</p> <p>m) Capacitação e sensibilização em matéria ambiental.</p>
--	--	---

LINHA DE AÇÃO TRANSVERSAL:	6. INFORMAÇÃO SETORIAL ESTATÍSTICA E CARTOGRÁFICA
AÇÃO	OBJETIVOS
<b>Recolha, produção, compilação, tratamento e análise de informação setorial da região</b>	<p>Dotar a região de informação de base setorial, estatística e cartográfica, de forma a possibilitar a estruturação e construção de um Sistema de Informação estatístico e geográfico para a região, abrangendo os aspetos relevantes associados ao setor, atividade e agentes florestais, bem como, os complementares. Promovendo, desta forma, a definição de indicadores chave e a sua monitorização periódica, para informação e apoio à decisão estratégica.</p>

LINHA DE AÇÃO PILOTO:	7. AÇÕES INTEGRADAS PILOTO DE VALORIZAÇÃO DE RECURSOS, GESTÃO TERRITORIAL, PREVENÇÃO DE RISCOS E PROMOÇÃO TURÍSTICA
AÇÃO	OBJETIVOS
<b>Identificação de áreas Piloto e Planeamento Integrado de ações</b>	<p>Identificação de áreas piloto no território da NUT III que possam ser alvo de uma análise detalhada e de um planeamento adequado tendo em conta a melhoria do potencial endógeno dos recursos florestais, no âmbito da valorização de recursos, gestão territorial, prevenção de riscos e promoção turística.</p> <p>Estas áreas piloto devem ser representativas da região de forma a permitir e potenciar o efeito replicador, ou então de caráter singular tendo como foco a aposta na diferenciação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via</li> <li>– Serra da Aboboreira, área natural e social</li> <li>– Zona de Intervenção Florestal – Paiva</li> </ul> <p>Nestas áreas seriam identificadas as ações aplicáveis, nomeadamente as identificadas, nas Linhas de Ação 1, 2, 3, 4 e 5.</p>

## 5. ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

A operacionalização das Ações propostas nas Linhas de Ação prioritárias apresentadas no capítulo 4 deverá ser suportada num planeamento detalhado sob a forma de um Programa de Ação, que contemple a definição de um Modelo de Gestão e de Acompanhamento Global, bem como, Fichas de Ação específicas, com a definição, nomeadamente, dos territórios com prioridade de intervenção, dos promotores e agentes a envolver, dos cronogramas, das metas, dos orçamentos previstos e das responsabilidades pela promoção/execução de cada uma das ações.

Neste contexto, apresentam-se de seguida as orientações que se consideram elementares para o planeamento e organização da implementação das Ações no território.

### 5.1. Estrutura de suporte ao desenvolvimento do setor florestal na região

O desenvolvimento do potencial endógeno dos recursos florestais na região do Tâmega e Sousa carece de uma aposta na promoção da implementação das Ações por parte da CIM Tâmega e Sousa e da concreção e participação ativa das organizações e atores no âmbito florestal do território.

Neste sentido é proposta a criação de uma estrutura de funcionamento em rede que reúna os vários agentes na discussão, partilha e envolvimento nas várias ações propostas de acordo com as competências, atuais e futuras, de cada uma das partes – **COMISSÃO DA FLORESTA, BENS E SERVIÇOS DO TÂMEGA E SOUSA.**

Nesta estrutura de âmbito intermunicipal deverá ser dinamizada e coordenada pela CIM Tâmega e Sousa, devem participar, designadamente, a CCDRN, o ICNF, a DRAPN, os Municípios, as Organizações de Produtores Florestais, as Associações Empresariais, as Associações de Caça e Pesca, a Associação para a Certificação Florestal do Tâmega e as Associações Desenvolvimento Local.

No âmbito da sua atividade deve ser promovida a criação de linhas de contacto com outras instituições, publicas ou privadas, como Universidades e Centros de Investigação, e com personalidades de reconhecido mérito, que possam contribuir para o alcance das metas traçadas ou para o apoio a situações concretas.

Esta Comissão poderá ainda desempenhar um papel importante no âmbito de consulta por parte da CIM Tâmega e Sousa e apoio à tomada de posição nas matérias de âmbito florestal ou complementares, uma vez que reunirá as partes interessadas da região.

## 5.2. Informação de base e monitorização de evolução

Do estudo efetuado ressalta desde logo um aspeto da maior relevância para o setor florestal e para a região que se prende com a falta de informação de base atual e utilizável, estatística e cartográfica, designadamente, sobre os recursos florestais (p.e. existência em volume, produtividades e ocupação), sobre restrições de utilidade pública (p.e. REN, RAN), sobre os principais Riscos para a produção florestal e biodiversidade (p.e. Invasoras lenhosas), sobre a localização de valores naturais (p.e. Habitats e espécies de flora e fauna singulares) e sobre estatísticas de mercado de produtos florestais (p.e. Madeira, Resina, Castanha).

Outro constrangimento, relacionado com o anterior, é o facto de não haver uniformização da informação disponível ou que foi disponibilizada por parte de várias instituições que geram essa mesma informação.

A estes aspetos, que dificultam a realização de diagnósticos e condicionam a decisão de implementação das Ações, acresce a necessidade de atualização da informação e a monitorização da evolução do setor florestal, aspeto este que se considera também da maior relevância.

Neste contexto, foi proposta a **LINHA DE AÇÃO TRANSVERSAL 6 - INFORMAÇÃO SETORIAL ESTATÍSTICA E CARTOGRÁFICA**, que deve ser promovida pela CIM Tâmega e Sousa considerando-a como prioridade para o planeamento e operacionalização das restantes, e que permita dotar a região de informação de base setorial, estatística e cartográfica, de forma a possibilitar a estruturação e construção de um Sistema de Informação estatístico e geográfico para a região, abrangendo os aspetos relevantes associados ao setor, atividade e agentes florestais, bem como, os complementares. Promovendo, desta forma, a definição de indicadores chave e a sua monitorização periódica, para informação e apoio à decisão estratégica.

## 5.3. Formação, Informação e Sensibilização nas matérias florestais

O desenvolvimento adequado dos recursos florestais da região, e o seu contributo para a economia local e regional, para a atratividade da atividade florestal, para melhoria das condições de empregabilidade e do trabalho no setor, para a salvaguarda e promoção dos valores naturais e paisagísticos, bem como para o desenvolvimento do turismo, do recreio e lazer e dos desportos na natureza, depende em grande escala do conhecimento que é transferido para os agentes e para a população em geral.

Na região do Tâmega e Sousa, dada a elevada representatividade territorial dos espaços florestais, o elevado número de proprietários e gestores florestais e de empresas cuja atividade está dependente do setor, e o fato da floresta ser um espaço de proximidade com os núcleos populacionais, rurais e urbanos, proximidade, a qualificação, informação e sensibilização revela-se ainda mais premente e necessária.

Desta forma, são propostas as **LINHAS DE AÇÃO TRANSVERSAIS 4 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO e 5 - INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO**, que devem ser suportadas numa avaliação de necessidades, e na definição de uma Plano específico nesta matéria a ser desenvolvido pela CIM Tâmega e Sousa, que permita responder, numa primeira fase, às necessidades associadas à implementação das Ações relativas à competitividade (p.e. Cadastro, Certificação Florestal, Biomassa), à gestão florestal (p.e. aumento de produtividade, defesa contra incêndios, contenção de invasoras lenhosas) e aos valores naturais (p.e. orientações de gestão para a conservação de espécies e habitats e boas práticas para a proteção do solo e da água) e sociais (p.e. recreio e lazer nos espaços florestais).

Para a operacionalização das ações de formação, informação e sensibilização deve ser considerada a participação das estruturas representativas dos vários tipos de agentes do setor na região tendo em conta o âmbito e atuação de cada uma delas e os públicos-alvo com que se relacionam, nomeadamente, as Organizações de Produtores Florestais, os Municípios, as Associações Empresariais, as Associações de Caça e Pesca, a Associação para a Certificação Florestal do Tâmega, as Associações Desenvolvimento Local.

#### **5.4. Criação de contextos potenciadores de competitividade do setor florestal na região**

Assumem especial interesse, no seio das Linhas apresentadas, as Ações que visam dotar a região e os seus agentes de ferramentas e informação que promovam o aproveitamento do fator escala pela congregação de objetivos comuns, particularmente importantes numa região como o Tâmega e Sousa face à dimensão e fragmentação da propriedade florestal, com vista ao aumento da eficiência e eficácia e, conseqüentemente, ganhos em termos de competitividade – **LINHA DE AÇÃO BASE 1 - ORGANIZAÇÃO: ACONSELHAMENTO, CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.**

Neste contexto são apresentadas propostas de Ações como a Realização do Cadastro predial rústico, informação fulcral para o apoio à gestão dos espaços florestais. Neste âmbito tem sido desenvolvidas iniciativas na região, quer enquadradas no Projeto SINERGIC no Concelho de Penafiel, quer enquadradas nos Inventários de Estrutura da Propriedade em ZIF em curso promovidos pelas suas Entidades Gestoras Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega (ZIF Aboim, ZIF Montedeiras e ZIF Gondar) e a Associação Florestal do Vale do Sousa (ZIF Felgueiras).

De referir que se prevê que ocorra, entre 2018 e 2021, a transferência de novas competências para os órgãos municipais, como coordenar as operações de elaboração e recolha de informação cadastral, esta proposta está também considerada num dos diplomas da Reforma Florestal - Criação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado.

No âmbito do Cadastro predial alargado ao território considera-se que a CIM Tâmega e Sousa deve centralizar e coordenar essas ações através da participação dos vários municípios e das Organizações



de Produtores Florestais, pela experiência e trabalho que têm desenvolvido neste âmbito e pelo conhecimento e proximidade aos proprietários da região.

No PDR 2020 foi, pela primeira vez, contemplado o apoio a Serviços de Aconselhamento Florestal. A sua disponibilização aos proprietários florestais da região é de suma importância uma vez que permite apoiar financeiramente ações de aconselhamento em matérias relevantes e necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, nas áreas temáticas de Segurança no trabalho, Medidas de Proteção à Qualidade da Água, Utilização sustentável de Produtos fitofarmacêuticos, Medidas ao nível da exploração florestal, Defesa da Floresta (incêndios e fitossanidade) Certificação Florestal, Plano de Gestão Florestal e Conservação da Natureza.

A Certificação Florestal poderá constituir-se como um fator de diferenciação da região sob o ponto de vista das valias ambientais, sociais e económicas que lhe estão associadas, sendo contudo necessário o apoio à dinâmica e mobilização dos agentes, por um lado os produtores florestais para certificarem a sua gestão (GFS) e por outro as empresas de comercialização e transformação dos produtos de base florestal para certificarem os seus processos de transferência e/ou produção no âmbito da cadeia de responsabilidade (CdR). A Associação para a Certificação Florestal do Tâmega deverá assumir um papel de relevo neste âmbito promovendo a certificação dos agentes, proprietários e empresas.

Convém referir que os apoios públicos à Certificação Florestal não têm respondido aos interesses dos proprietários florestais das regiões onde o minifúndio é característico, como a região do Tâmega e Sousa, face às condições observadas nos concursos que impedem desde logo a formalização de candidaturas neste âmbito, situação esta que deve ser corrigida, quer no que se refere aos apoios por via do FFP quer do PDR 2020.

Uma organização da produção florestal no âmbito da concentração da oferta de produtos em escala ao mercado, promovido pelas Organizações de Produtores Florestais, permitirá ganhos de eficiência e a redução de custos das operações de exploração e logística dos produtos florestais e munir os produtores de maior poder negocial nas transações, gerando um maior interesse pela atividade e um maior reinvestimento na produção de bens e conseqüentemente um desenvolvimento do potencial endógeno da região.

Esta organização da produção, aplicável a todos os produtos de origem florestal, terá particular interesse no mercado biomassa florestal de proximidade para produção de calor que possa ser utilizado em locais e infraestruturas públicas ou de utilização pública, indústria e instalações agrícolas e para fornecimento às 3 unidades industriais de produção de pellets existentes na região (Lousada e Celorico de Basto), que apresentam uma capacidade de produção entre 60 a 115 mil toneladas/ano.

A promoção do mercado da Biomassa florestal é, assim, uma ação com interesse para a região que pode passar pelo desenvolvimento e aplicação de um modelo de valorização da biomassa florestal de proximidade para uso térmico na região, que permitirá também aumentar o emprego na região,

na área do processamento e fornecimento de biomassa florestal (estilha) e na área da instalação e manutenção de equipamentos de geração de calor, diminuindo a fatura energética das populações, e das entidades públicas e privadas da região, e diminuindo o risco de incêndio florestal pelo aumento/dinâmica da atividade nos espaços florestais.

Neste contexto, em especial no lado do consumo, a CIM Tâmega e Sousa poderá desempenhar um importante papel na dinamização e promoção da utilização de biomassa florestal residual para uso térmico, nomeadamente nos edifícios e instalações municipais da região.

Neste âmbito será também de considerar o desenvolvimento de novas tecnologias, através do recurso a projetos-piloto (desenvolvimento de energias renováveis biomassa), assim como em tecnologias que não estejam ainda disseminadas no território nacional, contribuindo para a redução da dependência energética do exterior baseado na redução do consumo de energia primária e da importação de combustíveis fósseis.

### **5.5. Gestão e defesa dos recursos florestais – promoção do investimento e da rentabilidade dos espaços**

Com a **LINHA DE AÇÃO BASE 2 - GESTÃO FLORESTAL: ESCALA, PRODUTIVIDADE, E DEFESA** pretende-se desenvolver o potencial endógeno da floresta e seus recursos através de uma atuação centrada na gestão sob o ponto de vista do aumento de áreas em produção, do aumento da produtividade dos povoamentos das principais espécies florestais da região e da defesa dos recursos face aos vários riscos associados identificados na região, como sejam os incêndios florestais, as pragas e doenças e as invasoras lenhosas.

No âmbito da gestão florestal relacionada com a produção das principais espécies da região, nomeadamente, o Pinheiro bravo, deve ser dinamizada a intervenção dos proprietários por via da ação das Organizações de Produtores Florestais, no âmbito da divulgação dos apoios financeiros existentes (para as espécies elegíveis) no PDR 2020.

As Organizações de Produtores Florestais assumem na vertente da produção florestal um papel importante na divulgação da informação dos apoios, obrigações, condicionantes e restrições aos proprietários florestais e no apoio técnico (elaboração e acompanhamento) às intervenções desse âmbito, como:

- A instalação de novos povoamentos florestais de forma a contrariar a redução de área florestal que se tem verificado na região nos últimos anos, prioritariamente em áreas de matos e terrenos agrícolas abandonados com melhor aptidão florestal.
- As ações de beneficiação que conduzam a uma melhoria da produtividade dos povoamentos florestais da região para que se atinjam os valores potenciais.

- A promoção de outras produções adaptadas à região como a Castanha nas vertentes expostas a Norte (p.e. nos concelhos de Amarante, Baião e Cinfães), de Resina nas explorações florestais ocupadas por Pinheiro bravo com uma determinada dimensão.
- A reconversão de povoamentos florestais ecologicamente mal adaptados, com baixa produtividade e reduzida resiliência, em povoamentos de outras espécies mais adaptadas para a função produtiva ou outra.

A defesa dos recursos existentes, e como forma de incentivar o investimento privado e salvaguardar os dinheiros públicos aplicados na região, deve assumir um caráter de relevo.

Esta atuação no âmbito da gestão do risco deve ser avaliada e projetada de forma integrada e articulada em todo o território. Assim, considera-se que deve ser a CIM do Tâmega e Sousa a assumir as competências de coordenação das ações neste âmbito, nomeadamente:

- As ações de Defesa da Floresta contra agentes abióticos – incêndios, no âmbito da prevenção estrutural.
- As ações de Defesa da Floresta contra agentes bióticos – Sistemas florestais de Castanheiro, Eucalipto e Pinheiro bravo.
- As ações de controlo (grandes núcleos) e erradicação (pequenos núcleos) de invasoras lenhosas como a Mimosa (*Acacia dealbata*), a Acácia austrália (*Acacia melanoxylon*) e a Háquia picante (*Hakea sericea*).

De referir também que se prevê que ocorra, entre 2018 e 2021, a transferência de novas competências para os órgãos municipais no âmbito da Gestão Florestal e da Proteção Civil, nomeadamente, participar no ordenamento, gestão e intervenção de âmbito florestal e na gestão dos sistemas de videovigilância e de vigilância móvel no âmbito da defesa da floresta contra incêndios e assegurar o funcionamento do centro de coordenação operacional municipal.

O acompanhamento por parte da CIM Tâmega e Sousa às ações realizadas na região, por um lado, e à execução do PDR 2020 no que diz respeito às medidas de apoio à floresta no seu território, por outro lado, permitirá assumir posições relativas à distribuição dos apoios públicos ao nível nacional.

## **5.6. Serviços de ecossistema dos espaços florestais e o seu uso pela sociedade**

Das propostas prioritárias estão consideradas Ações que visam essencialmente a conservação e proteção dos valores naturais da região que ocorrem nos espaços florestais e a sua promoção para aproveitamento do uso social desses mesmos espaços, com enfoque para o turismo, o recreio e lazer e atividades de desporto da natureza - **LINHA DE AÇÃO BASE 3 - VALORES SINGULARES FLORESTAIS: NATURAIS, SOCIAIS, DESPORTO, TURISMO E RECREIO.**

As Ações previstas, no âmbito da proteção e conservação devem resultar da articulação entre a CIM Tâmega e Sousa, os Municípios e as Organizações de Produtores Florestais da Região e o ICNF, numa forma articulada e abrangente do território, principalmente mas não exclusivamente, aquele que está de alguma forma sobreposto com figuras da Rede Fundamental de Conservação da Natureza existentes na região: SIC Alvão-Marão, SIC Rio Paiva, SIC Serra de Montemuro e as áreas de continuidade da Reserva Ecológica Nacional (REN) e do Domínio Público Hídrico (DPH).

Neste campo seria da maior relevância a obtenção de informação específica de forma periódica que permita definir e avaliar indicadores de sustentabilidade para a região, e para locais concretos que permita uma abordagem de quantificação, valoração e valorização dos serviços de ecossistema produzidos pelos espaços florestais da região, de forma a promover a sua internalização nos gestores dos espaços florestais da região, e conseqüentemente tornar mais atrativo o investimento de gestão em áreas com menor capacidade de produção de bens lenhosos e não lenhosos.

Estes indicadores podem dizer respeito a serviços públicos à sociedade produzidos pelos espaços florestais, tais como o carbono fixado nos espaços florestais, à proteção e conservação do solo, à qualidade da água da região, por via do estado de naturalização das galerias ripícolas, à biodiversidade dos espaços florestais, faunística e florística, à qualidade da paisagem.

No que respeita ao desenvolvimento turístico, desportivo, para o recreio e lazerem espaços florestais, são várias as possibilidades da região tendo em conta os locais que podem constituir focos de atração com base em valores singulares existentes, naturais (p.e. áreas dos SIC Alvão-Marão, SIC Rio Paiva e SIC Serra de Montemuro), sociais (p.e. Antas ou Dolmens da Aboboreira e de Montemuro, Tongóbriga, Mamoas de Montedeiras, Castelo de Arnóia, Moinhos do Bestança, Canastros e Eira de Vale das Papas, Vias Romanas) de recursos (p.e. Rio Douro, Rio Paiva, Rio Bestança, Rio Ôlo, Ribeira de Tendais, Rio Ovelha, Rio Tâmega, matas de Carvalhais e folhosas indígenas) ou de paisagem, bem como locais onde se encontram vários valores em simultâneo, como por exemplo a Serra da Aboboreira, a Serra do Marão e a Serra de Montemuro.

De referir que se prevê que ocorra, entre 2018 e 2021, a transferência de novas competências para as entidades intermunicipais, como o desenvolvimento da promoção turística interna sub-regional, participação na gestão dos portos de âmbito regional, gestão de projetos financiados com fundos europeus e participação na gestão das áreas protegidas.

## **5.7. Áreas piloto para a implementação de Ações**

- **Perímetro Florestal da Serra do Marão e Meia Via**

Poderá ser preconizado nesta Linha de Ação a elaboração de um **PLANO DE AÇÃO PILOTO – PERÍMETRO FLORESTAL SERRA DO MARÃO E MEIA VIA**, para uma atuação numa área de Baldios com gestão em regime de associação com o Estado (ICNF), que ocupa uma área de cerca de 6.500 ha

a Nordeste da região do Tâmega e Sousa, e que representa 60% da área de Perímetro florestal na região. Grande parte desta área está sobreposta com o SIC Alvão-Marão.

Nesta área maioritariamente ocupada por matos (65%) os povoamentos florestais que se encontram concentrados na parte mais Oeste do Perímetro, representam cerca de 30% da área e são essencialmente constituídos por Pinheiro bravo, maioritariamente com o objetivo de produção de madeira e, numa escala menor, resina.

Como riscos principais à atividade florestal destacam-se a muito alta perigosidade de incêndio, as áreas ardidas de forma recorrente principalmente nas áreas ocupadas por matos na extremidade Este do Perímetro.

Pela proximidade de núcleos urbanos de Amarante e Vila Real, e pela sua envolvência, espaço tipicamente rural de altitude, apresenta um grande potencial de desenvolvimento turístico e de atividades de recreio, lazer e desporto na natureza.

Propõe-se para esta área a definição e implementação de um **PLANO DE AÇÃO PILOTO – PERÍMETRO FLORESTAL SERRA DO MARÃO E MEIA VIA**, coordenado pela CIM Tâmega e Sousa, envolvendo os Órgãos de Gestão dos Baldios, o ICNF, o Município de Amarante, a Associação de Desenvolvimento Local, para a implementação de Ações apresentadas nas Linhas de Ação 1, 2 e 3, designadamente:

- Aconselhamento Florestal aos Órgãos de Gestão de Baldios (Áreas temáticas prioritárias: Medidas de Proteção à Qualidade da Água, Medidas ao nível da exploração florestal, Defesa da Floresta, Plano de Gestão Florestal, Conservação da Natureza).
- Instalação de povoamentos florestais nas áreas de matos, com objetivos de produção e proteção – Pinheiro bravo, Carvalhos e outras folhosas e resinosas indígenas adaptadas à estação.
- Melhoria da produtividade lenhosa e de resina dos povoamentos florestais de Pinheiro bravo para que se atinjam os valores potenciais para a região.
- Defesa da Floresta contra agentes abióticos (incêndios), nomeadamente a prevenção estrutural (p.e. recurso ao uso do fogo controlado).
- Conservação de habitats naturais (p.e. Carvalhais de carvalho roble e carvalho negral – 9230; Matos urzes e tojos – 4030 e 4020; Turfeiras – 7140), espécies de fauna e flora com estatuto de proteção, raras, ameaçadas ou endémicas (p.e. Trevo-de-quatro-folhas; Toupeira-de-água; Lontra; Lobo; Lagarto-de-água, Salamandra lusitânica; Morcego-rato-pequeno; Morcego-de-ferradura-grande).
- Proteção do solo e da água (p.e. ações de estabilização e emergência após incêndios)
- Desenvolvimento e promoção de atividades turísticas, de recreio e lazer integradas com melhoria de acessibilidades e sinalização, infraestruturas de suporte e comunicação.

Neste Plano são também de considerar eventuais novas funções para a CIM Tâmega e Sousa que possam resultar da delegação de competências do ICNF.

- **Serra da Aboboreira, área natural e social**

A Serra da Aboboreira que se distribui por 3 concelhos da região, Amarante, Baião e Marco de Canaveses apresenta uma dimensão de 10.000 ha com alternância entre áreas humanizadas rurais e áreas seminaturais ocupadas por manchas florestais de carvalho-alvarinho com alguns sobreiros, carvalhos negral, azevinhos e aveleiras e plantas como a saxífraga e a gilbardeira.

Em termos de fauna, destaca-se a presença de várias espécies de insetos como escaravelhos e borboletas raros e ameaçados (p.e. *Lucanus cervus*, *Melitaea trivia*, *Callophrys Avis*, *Coenonympha iphioides*), de vertebrados (alguns dos quais endémicos ou de conservação prioritária) (p.e. Toupeira-de-água, Lobo, Salamandra-lusitânica, Tritão-de-ventre-laranja, Rã-ibérica, Lagarto-de-água) e de aves rapinas e passeriformes (p.e. Águia-cobreira, Tartaranhão-caçador, Torcicolo).

Sob o ponto de vista dos valores sociais destaca-se o facto de nesta serra se localizar uma das maiores necrópoles megalíticas (Antas ou Dolmens) no país.

Pela sua singularidade e pela reunião de elevados valores num mesmo espaço apresenta um grande potencial de desenvolvimento turístico e de atividades de recreio, lazer e desporto na natureza.

Propõe-se para esta área a definição e implementação de um **PLANO DE AÇÃO PILOTO – SERRA DA ABOBOREIRA, ÁREA NATURAL E SOCIAL**, coordenado pela CIM Tâmega e Sousa, envolvendo os Municípios de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, a Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, a Dolmen, a Associação dos Amigos do Rio Ovelha, para a implementação de Ações apresentadas nas Linhas de Ação 1, 2 e 3, designadamente:

- Realização do Cadastro Predial Rústico.
- Aconselhamento Florestal aos proprietários florestais da ZIF (Áreas temáticas prioritárias: Medidas de Proteção à Qualidade da Água, Medidas ao nível da exploração florestal, Defesa da Floresta, Conservação da Natureza).
- Melhoria da produtividade dos povoamentos florestais para que se atinjam os valores potenciais para a região.
- Reconversão de povoamentos florestais ecologicamente mal adaptados em povoamentos de espécies adaptadas.
- Conservação de habitats naturais e espécies de fauna e flora com estatuto de proteção, raras, ameaçadas ou endémicas.
- Proteção do solo e da água (p.e. ações de estabilização e emergência após incêndios e recuperação e reabilitação de galerias ripícolas).
- Desenvolvimento e promoção de atividades turísticas, de recreio e lazer integradas com melhoria de acessibilidades e sinalização, infraestruturas de suporte e comunicação.

Paralelamente deve ser avaliado o interesse por parte da CIM Tâmega e Sousa, Municípios e Partes Interessadas, designadamente os proprietários florestais, na dotação de um estatuto de salvaguarda do seu património natural e arqueológico que preveja a integração e articulação com as restantes opções de gestão do espaço, nomeadamente as de cariz produtivo florestal, agrícola e pecuário.

- **Zona de Intervenção Florestal – Paiva**

Constituída em 2008, abrange uma área de mais de 7.600 hectares, e estende-se por todas as freguesias do concelho de Castelo de Paiva.

É a ZIF da região com maior percentagem de povoamentos florestais, maioritariamente Eucalipto para produção de rolaria para celulose, nos quais a conjugação dos objetivos de gestão, marcadamente de produção, se conjugam com outras funcionalidades dos espaços florestais, proteção e conservação, dada a presença de áreas com elevados declives que favorecem o risco de erosão do solo (cerca de 3.500 ha – 30% do concelho) e a sobreposição com o SIC Rio Paiva no limite Este da ZIF.

Como riscos principais à atividade florestal destacam-se a muito alta perigosidade de incêndio, as áreas ardidas de forma recorrente na área Sudoeste da ZIF, apresentando ainda como principal risco fitossanitário o gorgulho do eucalipto.

Pela proximidade de núcleos urbanos da região e da Área Metropolitana do Porto, e pela sua envolvimento, espaço tipicamente rural adjacente ao rio Douro, apresenta um grande potencial de desenvolvimento turístico e de atividades de recreio, lazer e desporto na natureza.

Propõe-se para esta área a definição e implementação de um **PLANO DE AÇÃO PILOTO – ZIF PAIVA**, coordenado pela CIM Tâmega e Sousa, envolvendo a Entidade Gestora da ZIF, a Associação Florestal do Vale do Sousa, o Município de Castelo de Paiva, a Associação de Desenvolvimento Local, as ONGAS implementação de Ações apresentadas nas Linhas de Ação 1, 2 e 3, designadamente:

- Realização do Cadastro Predial Rústico.
- Aconselhamento Florestal aos proprietários florestais da ZIF (Áreas temáticas prioritárias: Medidas de Proteção à Qualidade da Água, Medidas ao nível da exploração florestal, Defesa da Floresta, Certificação Florestal, Conservação da Natureza).
- Promoção da Certificação Florestal e fomento da Gestão Florestal Sustentável.
- Utilização de biomassa para fins energéticos – Térmicos: Dinâmicas de Exploração do recurso, aproveitamento, logística e utilização edifícios públicos ou de utilização pública.
- Melhoria da produtividade dos povoamentos florestais de Eucalipto e Pinheiro bravo para que se atinjam os valores potenciais para a região.
- Reversão de povoamentos florestais de eucalipto ecologicamente mal adaptados em povoamentos de espécies adaptadas.

- Defesa da Floresta contra agentes bióticos (gorgulho do eucalipto) e abióticos (incêndios)
- Conservação de habitats naturais (p.e. Galerias ripícolas de Amieiros e Freixos - 91E0\*; Carvalhais – 9230; Matagais de Loureiro - 5230), espécies de fauna e flora com estatuto de proteção, raras, ameaçadas ou endémicas (p.e. Toupeira-de-água, Lontra, Lagarto-de-água, mexilhão-do-rio, Lobo).
- Proteção do solo e da água (p.e. ações de estabilização e emergência após incêndios e recuperação e reabilitação de galerias ripícolas).
- Desenvolvimento e promoção de atividades turísticas, de recreio e lazer integradas com melhoria de acessibilidades e sinalização, infraestruturas de suporte e comunicação.



## 6. ASPETOS RELEVANTES PARA O ESPAÇO, ATIVIDADE E AGENTES DO SETOR FLORESTAL

Tendo em consideração que o desenvolvimento florestal da região estará também fortemente dependente das opções políticas de âmbito nacional aplicáveis ao setor, destacam-se de seguida, aquelas que à data se revelam da maior importância, a Reforma da Floresta e a Revisão dos PROF - Planos Regionais de Ordenamento Florestal.

### 6.1. Reforma da Floresta

O Governo Português colocou em Discussão Pública até ao dia 31 de janeiro de 2017 um conjunto de medidas legislativas que foram aprovadas no Conselho de Ministros, de 27 de outubro de 2016, dedicado à Reforma das Florestas.

Após este período, no qual se receberam cerca de 600 contributos, são aprovadas no Conselho de Ministros de 21 de Março de 2017, as versões finais dos diplomas que integram a Reforma da Floresta. Destes, os quatro projetos de Decreto-Lei são dirigidos para promulgação pelo Presidente da República e as cinco propostas de Lei são encaminhadas para a Assembleia da República.

DIPLOMAS REFORMA DA FLORESTA – APROVADOS CONSELHO DE MINISTROS DE 21/3/2013		TIPO DIPLOMA	PROCESSO APÓS 21/3/2017	
			PROMULGAÇÃO - PRESIDENTE DA REPÚBLICA	DISCUSSÃO – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
1	ALTERAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	PROPOSTA DE LEI		X
2	CRIAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE TERRAS	PROPOSTA DE LEI		X
3	CRIAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E EMOLUMENTARES	PROPOSTA DE LEI		X
4	CRIAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADO	PROPOSTA DE LEI		X
5	REGIME JURÍDICO APLICÁVEL ÀS AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO	PROPOSTA DE LEI		X
6	REGIME DE CRIAÇÃO DE ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL	PROJETO DE DECRETO-LEI	X	
7	REGIME JURÍDICO DE RECONHECIMENTO DAS SOCIEDADES DE GESTÃO FLORESTAL	PROJETO DE DECRETO-LEI	X	
8	PROGRAMA NACIONAL DE FOGO CONTROLADO	RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS		
9	REGIME ESPECIAL EXTRAORDINÁRIO – MUNICÍPIOS – CENTRAIS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE BIOMASSA FLORESTAL	PROJETO DE DECRETO-LEI	X	
10	PLANOS DE ORDENAMENTO, DE GESTÃO E DE INTERVENÇÃO DE ÂMBITO FLORESTAL	PROJETO DE DECRETO-LEI	X	

É também de referir que a Reforma da Floresta engloba dois outros diplomas (que não foram disponibilizados para Discussão Pública), um relativo à revisão do Programa de Sapadores Florestais e outro sobre um projeto-piloto para o Parque Nacional da Peneda Gerês, tendo sido também criada, a 21 de Março de 2017 a Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF).

Da análise efetuada às versões dos diplomas disponibilizadas para discussão pública salientam-se os aspetos com impacto mais relevante no setor, atividade a agentes:

#### 1. Alteração do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

A proposta introduz novos conceitos, como:

- Progressão controlada de incêndio – Aplicável a incêndios que ocorram em áreas definidas nos Planos Operacionais Municipais (POM) e com registo autónomo das áreas ardidas.
- Incêndio rural passa a ser diferenciado em dois tipos de incêndio: O Incêndio florestal e o Incêndio agrícola.
- “Edificação” e “Edifício” – Definições em harmonia com o atual Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE).
- Rede de videovigilância - A implementar e operacionalizar pelo Estado, Comunidades Intermunicipais, Municípios, e Juntas de Freguesia.
- Aerovigilância – Com recurso a aeronaves, nomeadamente não tripuladas.

As Comissões Municipais de Defesa da Floresta (CMDF) passam a integrar todos os presidentes das Juntas de Freguesia que integrem áreas florestais.

Possibilidade de redução da dimensão das faixas de gestão de combustíveis da rede secundária em terrenos com outras ocupações, comparativamente com os de ocupação florestal, matos ou pastagens naturais.

Não permitida a utilização de equipamentos motomanuais em dias de Índice de risco máximo de incêndio, exceto trabalhos associados ao combate.

Estabelece novas normas para circulação nas áreas florestais.

Identificação dos proprietários ou detentores de imóveis por parte das entidades fiscalizadoras junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, para posterior notificação.

#### 2. Criação do Banco Nacional de Terras:

Criação do Banco Nacional de Terras para os prédios rústicos com aptidão agrícola, silvopastoril ou florestal:

- Que integre os prédios rústicos do domínio privado do Estado e dos institutos públicos;
- Que integre os prédios rústicos “Sem dono conhecido”, que passam a integrar as Matas Nacionais se confinantes;
- O Banco de Terras cria uma diferenciação entre grau de exigência em termos de critérios de adjudicação de terras do Estado que sejam de cariz agrícola e as de cariz florestal.

Criação do Fundo de Mobilização de Terras – Um instrumento financeiro de gestão do Banco de Terras que será gerido pelo IFAP, I.P.

Alteração à Bolsa de Terras, passando esta a integrar apenas os Prédios rústicos das:

- Pessoas singulares ou coletivas de direito privado,
- Autarquias e do setor empresarial do Estado.

### 3. Criação de Incentivos Fiscais e Emolumentares:

Atribuição de incentivos à constituição e funcionamento das Sociedades de Gestão Florestal (SGF):

- Aditamento ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)

Atribuição de benefícios aos Proprietários florestais - A majoração dos custos suportados com despesas no âmbito da:

- Defesa da floresta contra incêndios (DFCI),
- Elaboração de planos de gestão florestal (PGF).

No comunicado do Conselho de Ministros de 21 de Março é referida a redução de 75% do valor dos emolumentos para atos de registo de propriedades rústicas destinadas à exploração florestal.

### 4. Criação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado:

Articulação entre o registo predial, a matriz predial e a informação georreferenciada relativa a um dado prédio.

Criação de «balcões únicos» - Integrar a informação do planeamento territorial e urbano, do registo predial e do cadastro.

Período excecional até final de 2018 durante o qual os proprietários, a título gratuito e sem sanções, as autarquias locais e outras entidades públicas com competência de natureza territorial procederão ao levantamento e comunicação de informação cadastral simplificada que permita definir a localização geográfica dos prédios rústicos junto das entidades públicas.

Considera os Municípios, CIM e Juntas de freguesia, a DGT e outras entidades públicas como entidades legítimas para a promoção do procedimento.

Apenas as Entidades Gestoras de ZIF e as SGF poderão realizar operações de representação gráfica georreferenciada.

Diferenciação de requisitos entre técnicos das entidades públicas e das entidades privadas (Habilitação académica e curricular e formação específica).

No comunicado do Conselho de Ministros de 21 de Março é referida que o período temporal para realização do Cadastro Simplificado é de 30 meses

5. Revisão do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização:

Proibição generalizada da arborização com *Eucalyptus sp.* em todas as regiões do País (Exceto se decorrer de uma área de compensação por reconversão de eucaliptais em povoamentos de outras espécies).

Aumento do tempo de análise por parte da Administração Pública, nos processos de Comunicação Prévia e nos de Autorização.

Reforço do papel dos municípios através da atribuição de carácter vinculativo ao parecer por eles emitido para ações que ocorram nos espaços florestais.

Introdução da figura do embargo.

No comunicado do Conselho de Ministros de 21 de Março é referido que as áreas de permuta para compensação (povoamentos de eucalipto para reconversão) devem estar limpas previamente às ações de arborização a realizar noutras áreas.

6. Revisão do Regime de Criação de Zonas de Intervenção Florestal:

Os Municípios passam a acompanhar os processos de constituição de ZIF e podem ser Entidades Gestoras de ZIF.

Proposta de diminuição:

- Da área mínima da ZIF: Passa de 750 hectares para 500 hectares;
- Do número mínimo de proprietários: Passa de 50 para 25;
- Do número mínimo de prédios: Passa de 100 para 50.

As ZIF só podem abranger mais do que um concelho com autorização do ICNF.

Podem ser constituídas ZIF com uma área aderente que corresponda apenas a um quarto dos espaços florestais da área da ZIF.

Deixa de ser obrigatória a elaboração do Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF).

Passa a ser obrigatório o envio anual ao ICNF dos Planos e Relatórios de Atividades e da Lista de Aderentes.

A Entidade Gestora têm como responsabilidade a promoção da Certificação Florestal.

Mantém como uma possibilidade o apoio público à constituição e funcionamento das ZIF.

No comunicado do Conselho de Ministros de 21 de Março refere-se que as ZIF podem abranger mais do que 1 concelho e que a Área máxima de ZIF é de 20.000 hectares.

#### 7. Criação do Regime Jurídico de Reconhecimento das Sociedades de Gestão Florestal:

Estabelece o regime jurídico de reconhecimento de sociedades de gestão florestal:

- Pelo menos 50% dos prédios com dono conhecido sejam menores que 5ha;
- Área mínima dos ativos sob gestão: 100 ha;
- Certificação florestal desses ativos (Certificação Individual – Um único gestor; Apenas PEFC);
- Forma jurídica: Sociedade por quotas, Sociedade anónima e Cooperativas.

Previsão de apoios à sua dinamização, discriminação positiva nos apoios públicos às SGF e Benefícios fiscais e reduções emolumentares.

No comunicado do Conselho de Ministros de 21 de Março verifica-se a alteração da designação de Sociedades de Gestão Florestal para Entidades de Gestão Florestal (EGF).

#### 8. Criação do Programa Nacional de Fogo Controlado:

O ICNF define para um período de cinco anos, em formato cartográfico digital, uma área potencial de intervenção pelo fogo controlado que obedece a critérios de prioridade. Esta cartografia é acompanhada de memória descritiva e caderno de encargos onde se definem as ações a realizar e o tipo de protocolo a efetivar com as entidades que deverão concretizar as atividades requeridas, bem como, o montante máximo a ser pago por hectare queimado nas condições exigidas.

Necessidade de definição de parcelas de intervenção e a execução de um plano de fogo controlado que deve ser aprovado pela CMDFCI do concelho respetivo (Excetua-se a aprovação dos PFC em CMDFCI nas áreas geridas pelo ICNF, que é da sua responsabilidade).

Para o financiamento das ações, o ICNF poderá submeter uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP).

O ICNF fará um Acordo Quadro para estabelecer quais as entidades (OPF, CM, CIM, empresas e eventualmente outras) mais habilitadas regionalmente, por NUTS III, a realizar a queima

pretendida, ficando a dispor de um conjunto de entidades a quem pode recorrer regionalmente e anualmente para a realização das ações pretendidas.

9. Regime Especial Extraordinário – Municípios – Centrais de Valorização de Resíduos de Biomassa Florestal:

Atribui as potências disponíveis às câmaras municipais dos concelhos que forem selecionados para acolher as novas centrais.

A escolha deve assentar principalmente na prossecução do objetivo fundamental de defesa da floresta, do ordenamento e preservação florestais, e do combate aos incêndios, sem prejuízo da necessidade de acautelar a disponibilidade de capacidade de receção de potência de injeção.

Devem ser privilegiadas unidades de autossustentabilidade ou de pequena dimensão, numa escala mais local, e tidas em conta as autorizações ou licenças que se revelem necessárias no âmbito dos regimes jurídicos aplicáveis.

10. Revisão do Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal:

Clarificação da relação entre os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e outros instrumentos de gestão territorial.

Define-se qual o regime aplicável em caso de sobreposição de áreas abrangidas por programas especiais e por PROF.

Os PROF devem estar concluídos até 180 dias após a entrada em vigor do diploma.

Prevê um dever expresso de adaptação dos Planos Diretores Municipais (PDM) face ao conteúdo do respetivo PROF no prazo de 1 ano após a publicação do PROF.

Os PGF devem ser elaborados num prazo de 4 anos após a publicação do PROF respetivo.

Relativamente aos PEIF, é revogada a necessidade de serem precedidos de despacho de autorização pelo ICNF, e não é necessária a componente orçamental.

O comunicado do Conselho de Ministros de 21 de Março deixa uma dúvida relativamente ao prazo para transposição do PROF para PDM.

## 6.2. Programa Regional de Ordenamento Florestal – PROF

O processo de revisão dos Planos (Programas) Regionais de Ordenamento Florestal altera na região do Tâmega e Sousa o âmbito territorial do próprio PROF, uma vez que passará de um PROF a uma escala aproximada da NUTIII (PROF Tâmega) para uma escala que é cerca de metade da NUT II (PROF Entre Douro e Minho).

Relativamente a este aspeto é de salientar o dever expresso de adaptação dos Planos Diretores Municipais face ao conteúdo dos PROF, no prazo de um ano após a sua publicação (Projeto de Decreto-Lei da Reforma da Floresta referido no ponto anterior). Contudo não estão ainda definidos critérios objetivos para a sua transposição para os níveis Inferiores de planeamento como o PDM, instrumento onde deverá ser efetuada uma leitura realista e concreta dos territórios onde são implementados e a adequada adaptação da delimitação ou condicionantes propostas no PROF, nomeadamente, as funções atribuídas às Sub-regiões homogéneas, a indicação de espécies para a região e a definição dos corredores ecológicos.

Da análise efetuada à última versão do PROF Entre Douro e Minho, que se encontra em elaboração, destacam-se os seguintes aspetos:

- De uma forma geral, há a necessidade de incorporar informação descritiva e estatística, bem como maior detalhe na forma como é exposta, e a correspondente representação cartográfica, de maneira a tornar o documento mais prático e mais útil para os agentes do setor e a servir os propósitos fundamentais do plano.  
São exemplo a informação relativa ao Inventário Florestal Nacional, às formas de organização dos produtores florestais na região, os consumos de produtos florestais nas principais unidades de 1ª transformação, as estruturas com atuação significativa no âmbito da DFCI (concretamente no âmbito da prevenção), as invasoras lenhosas (situação atual e projeções), os valores naturais inseridos ou não nas áreas de SIC, ZPE e RNAP, a identificação e caracterização das situações que condicionam a atividade florestal como as servidões administrativas e restrições de utilidade pública da região, a evolução e distribuição na região do investimento florestal com ou sem apoio público.
- No que respeita às funções atribuídas às Sub-Regiões Homogéneas (sRH), é necessário que fique claro no documento que o espaço florestal pode ter objetivos de gestão que não sejam coincidentes com a função principal que se pretende ver cumprida.
- Relativamente aos Corredores Ecológicos, apresentam-se dúvidas relativamente à sua delimitação e à excessiva área que representam, pelo que devem ser objeto de fundamentação e validação científica para as funções principais que se pretendem atingir.
- Complementarmente à revisão do PROF é importante estar estabelecida, desde já, a obrigatoriedade de monitorização e avaliação de indicadores de cumprimento dos objetivos.
- Compreendendo-se a lógica que levou à aglutinação dos 7 PROF num único PROF para o Entre Douro e Minho, é importante reconhecer que se perdeu rigor e precisão em algumas questões que estiveram na origem na definição das sRH, sendo evidente que algumas das agora previstas

englobam espaços florestais com características muito distintas que influenciam as suas funcionalidades, questão esta que deverá ser tida em conta nas fases subsequentes do planeamento.